



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

UC/FPCE — 2015

Estudos de validação de duas Escalas de Avaliação das Representações Sociais em torno da Violência Filioparental numa amostra de adolescentes

Mariana Sofia Ferreira Simões
(e-mail:marsfsimoes@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e Saúde (subárea de especialização em Psicologia Forense) sob a orientação da Professora Doutora Isabel Maria Marques Alberto

Estudos de validação de duas Escalas de Avaliação das Representações Sociais em torno da Violência Filioparental numa amostra de adolescentes

Resumo

A violência filioparental, ou violência de filhos contra os pais, é, ainda, uma problemática pouco abordada na literatura. Aquilo que é considerado um comportamento abusivo nas relações entre pais e filhos é pouco claro, tornando-a num fenómeno complexo e de difícil definição. Nos últimos anos tem-se registado um aumento gradual, continuando, no entanto, a ser uma forma de violência familiar pouco estudada. Por ser cada vez mais frequente, torna-se fulcral o seu estudo e análise aprofundada. É essencial fazer o estudo das representações sociais que permita identificar e compreender as narrativas subjacentes ao processo de reconhecimento e atitudes face à problemática.

O presente estudo teve como objetivo principal validar dois instrumentos de avaliação das representações sociais sobre a violência filioparental, assim como identificar o grau de legitimação e as representações sociais de adolescentes relativamente aos fatores facilitadores, de manutenção e de resolução da violência dos filhos menores de idade (até aos 18 anos) contra os seus pais.

Recorrendo a uma amostra de adolescentes da população geral (N = 152), procurou-se avaliar as qualidades psicométricas (consistência interna) do Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) e do Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014). Visou-se, ainda, analisar a influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade) no grau de legitimação da violência por parte dos adolescentes.

De um modo geral, os resultados obtidos indicam uma consistência interna razoável para o QRVFP-HIS e boa para o QVFP-FMR. São identificadas diferenças em função do sexo no grau de legitimação com os adolescentes do sexo masculino a tolerarem mais a VFP que os do sexo feminino. Não foi evidenciada tendência de resposta socialmente desejável, pelo que os adolescentes parecem responder honestamente aos instrumentos.

Palavras-chave: Violência Filioparental, Representações Sociais, Adolescentes, Validação.

Validation study of two Scales of Social Representations about the Violence from children against their parents in a sample of adolescents

Abstract

The child-to-parent violence, or violence of children against their parents, is a problematic rarely discussed in the literature. What is considered an abusive behavior in the relationship between parents and children is still unclear, and has become a complex phenomenon due to the difficulty in defining this type of violence. In past years, a gradual increase in filio-parental violence has been verified, but it still lacks study and investigation. To understand the social representations regarding filio-parental violence, it's essential to identify and understand the narrative underlying the recognition process and attitudes towards the issue.

The present study aimed to validate two questionnaires of evaluation of the social representations about child-to-parent violence, and identify the degree of legitimacy and social representations of teenagers in relation to facilitating, maintenance and resolution factors of the violence of minor children (up to 18 years) against their parents.

Using a sample of adolescents in the general population (N = 152) the psychometric properties (internal consistency) of the Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) and Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais - Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) were evaluated. We also aimed at analyzing the influence of sociodemographic variables (sex, age and education) in the legitimization of violence by adolescents.

Overall, the results obtained show a reasonable internal consistence for the QRVFP-HIS and good for QVFP-FMR. Were also identified significant differences between genders when it comes to the legitimacy's degree with male teenagers, who's tolerate VFP more than female teenagers. The lack of tendency to social desirability response indicates that teenagers seem to answer honestly to the instruments.

Key Words: Child-to-parent violence, Social Representations, adolescents, validation study

Agradecimentos

Em primeiro lugar um agradecimento especial à Professora Doutora Isabel Alberto, pela excelente pessoa e profissional, por todos os conhecimentos transmitidos, pelo carinho e incentivo, pela sua disponibilidade e apoio constantes que foram fundamentais no meu percurso e que contribuíram para a concretização do presente trabalho.

A todos os que se disponibilizaram a colaborar e participar na presente investigação que, ao possibilitarem o seu consentimento de participação no estudo, o tornaram possível.

Aos meus pais e ao meu irmão por acreditarem sempre nas minhas capacidades e por me fazerem acreditar que tudo isto seria possível, sem nunca desistir.

Aos meus amigos que me acompanharam ao longo destes 5 anos e que, sem dúvida, foram o meu grande pilar, por estarem sempre presentes e por me encorajarem a todo o momento. Obrigada por todos os momentos de partilha e companheirismo proporcionados nesta minha passagem por Coimbra. Sem dúvida, tornaram-na especial. Estarão sempre no meu coração.

Às minhas colegas de Psicologia Forense que partilharam comigo estes dois anos intensos de mestrado e a quem desejo as maiores felicidades no futuro. Aprendi muito com cada uma de vós.

A todas as pessoas importantes que marcaram e ainda marcam presença na minha vida e que, de alguma forma, contribuem para o meu bem-estar e felicidade e para a pessoa em que me tornei. Agradeço-vos pelas palavras de incentivo e de esperança.

Um sincero agradecimento a todos!

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1.1 Definição e concetualização da violência filio-parental.....	2
1.1.1 Fatores de risco.....	3
1.1.2 Características dos agressores.....	6
1.1.3 Características das vítimas.....	7
1.2 As Representações sociais e a Violência.....	8
II – Objectivos.....	9
III - Metodologia.....	10
3.1 Amostra.....	10
3.2 Instrumentos.....	11
3.2.1 Questionário sociodemográfico.....	12
3.2.2 Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014).....	12
3.2.3 Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014).....	12
3.2.4 <i>Marlowe-Crowne Social Desirability Scale</i> (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010).....	12
3.3 Procedimentos.....	13
IV - Apresentação de Resultados.....	13
4.1 Estudos de Precisão.....	13
4.1.1 Análise da consistência interna do QRVFP-HIS.....	13
4.1.2 Análise da consistência interna do QVFP-FMR.....	15
4.1.3 Análise descritiva dos itens do QVFP-FMR.....	16
4.2 Associação da desejabilidade social com as respostas ao QRVFP-HIS.....	17
4.3 Análise da influência das respostas ao QRVFP-HIS e ao QVFP-FMR em função do sexo, idade e nível de escolaridade.....	17
4.4 Análise das respostas às questões abertas.....	18
V - Discussão.....	19
VI - Conclusões.....	22
Bibliografia.....	24
Anexos.....	30

Lista de Anexos

Anexo A – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: <i>História 1</i>	31
Anexo B – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: <i>História 2</i>	32
Anexo C – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: <i>História 3</i>	33
Anexo D – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP– FMR: <i>Fatores Facilitadores</i>	34
Anexo E – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP– FMR: <i>Fatores de Manutenção</i>	38
Anexo F – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP– FMR: <i>Fatores de Resolução</i>	41
Anexo G – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens da MCSDS.....	45
Anexo H – Resultados dos testes <i>t de student, pearson, spearman's e Mann Whitney</i> na resposta ao QRVFP-HIS e ao QVFP-FMR em função do sexo, idade e nível de escolaridade.....	47

Introdução

Durante largos anos, a violência filio-parental (VFP) permaneceu disfarçada na sociedade, sendo socialmente explicada pela presença de problemas de saúde mental, nomeadamente psicopatologias (Gómez, 2012). Por sua vez, as constantes mudanças nos valores e normas sociais dos últimos anos originaram uma maior consciência a respeito da violência no seio das famílias (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012).

A violência de filhos contra os pais é um fenómeno que, apesar de pouco estudado pela comunidade científica (Coogan, 2011), está em crescimento, observando-se, ao mesmo tempo, um aumento do interesse em estudá-lo com maior detalhe (Boxer et al, 2009; Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Pagani et al, 2009; Stewart et al, 2007). Porém, estabelecer a sua definição tem sido um desafio, pela dificuldade em se considerar o que é ou não um comportamento aceitável dos filhos para com os pais.

É uma forma de violência tradicionalmente definida como qualquer ato perpetrado por um adolescente com vista a exercer controlo ou poder sobre os progenitores (Cottrell, 2001). Contudo, é um fenómeno complexo e multidimensional, em que é fundamental compreendê-lo de acordo com um modelo ecológico que analise variáveis intrapessoais, familiares, culturais e comunitárias, alicerçando-se numa abordagem sistémica que trabalhe com todos os elementos da relação (Cottrell & Monk, 2004; Estévez & Góngora, 2009; Ibabe & Jaureguizar, 2010; Patuleia, Alberto, & Pereira, 2013).

As representações sociais que cada indivíduo tem da realidade constituem-se elementos importantes de estudo, pois influenciam a leitura e a construção da realidade e permitem compreender o fenómeno da violência filio-parental, gerindo a resposta a dar face ao reconhecimento da problemática (Estévez & Góngora, 2009; Moscovici, 2003; Porto, 2006).

O presente estudo pretende contribuir para a validação de dois instrumentos de avaliação das representações sociais em torno da violência filio-parental numa amostra de adolescentes da população geral: o Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) e o Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014). A sua construção baseou-se numa revisão bibliográfica e na experiência clínica com famílias sinalizadas com o problema (Patuleia & Alberto, 2014).

I – Enquadramento conceptual

1.1 Definição e conceptualização da Violência Filioparental

A complexidade em definir violência prende-se com a necessidade de incluir uma variedade de fatores que permitem tornar a sua conceptualização mais completa e adequada. Devemos considerar que não existe uma causa única para o seu aparecimento (Cottrell, 2001), existindo, por isso, um conjunto de fatores que poderão influenciar o seu significado nas interações sociais, como os fatores sociais, culturais, familiares e individuais (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p. 5).

A violência pode expressar-se através de vários tipos de comportamentos, diretos ou indiretos, sendo entendida como a expressão de um determinado conflito (Agustina & Romero, 2013). É um fenómeno que supõe uma relação entre a vítima e o agressor em que este último estabelece uma posição de dominância e de superioridade em relação à vítima, pelo uso da força física ou de outras estratégias, independentemente dos danos que possa originar na mesma (Krug et al., 2002). Em interação social, e dependendo do contexto em que se encontrem, é esperado que os diferentes indivíduos façam julgamentos acerca de um determinado comportamento, considerando-o adequando ou não e se houve a intenção de ferir e causar dano no outro (Agustina & Romero, 2013; Porto, 2006). As fronteiras entre os diferentes tipos de violência nem sempre são claras, uma vez que podem coexistir num mesmo contexto, originando várias manifestações (física, psicológica, negligência, sexual, económico) (Pereira & Bertino, 2009; Redondo et al., 2012). A violência que ocorre no contexto familiar ou nas relações de intimidade é um fenómeno complexo, heterogéneo, multidimensional e transversal a todo o ciclo evolutivo individual e familiar (Redondo et al., 2012).

A violência familiar ocorre entre os membros da família ou entre parceiros íntimos e, usualmente, dentro do contexto casa. Estão incluídos os maus-tratos a crianças, a violência entre parceiros íntimos e os maus-tratos a idosos. De acordo com a definição da OMS, é igualmente incluída a violência entre casais homossexuais e a violência no namoro (Krug et al., 2002).

A investigação sobre o comportamento violento nas relações familiares tem dado especial destaque à violência perpetrada pelo adulto, como a violência nos relacionamentos íntimos e a violência por parte dos pais para com os filhos, negligenciando a violência perpetrada pelos filhos, menores de 18 anos, contra os pais, designada por Violência Filioparental (Agnew & Huguley, 1989; Bobic, 2004; Coogan 2011; Cottrell & Monk,

2004; Eckstein, 2004).

As primeiras referências na literatura sobre a VFP denominam-na como *Síndrome dos pais maltratados* (Harbin & Madden, 1979; Patuleia et al, 2013), considerada um novo tipo de violência familiar (Agustina & Romero, 2013; Gómez, 2012). Nos últimos anos, a VFP tem permanecido disfarçada como um dos conflitos associado a famílias disfuncionais. No entanto, ela tem sido identificada em famílias aparentemente funcionais, onde as crianças/adolescentes não apresentam distúrbios psicológicos identificados (Gómez, 2012), mas cujo exercício da parentalidade se pauta pela ausência de limites bem estabelecidos face ao comportamento dos filhos (Bertino & Pereira, 2010). A Violência Filioparental caracteriza as relações entre pais e filhos como relações que ultrapassam os limites de uma "relação conflituosa" tornando-se "relações abusivas" (Gámez-Guadix, Jaureguizar, Almendros, & Carrobes, 2012).

Cottrell (2001) definiu a VFP como qualquer ato violento de um filho adolescente com a intenção de ganhar poder e controlo sobre um dos seus progenitores, podendo resultar em dano físico, psicológico ou financeiro nos pais. Pereira (2006) engloba nesta violência os comportamentos repetidos de agressão física (bater, empurrar, atirar objetos), verbal (insultos repetidos, ameaças, chantagem) ou não-verbal (gestos ameaçadores, quebrar objetos valiosos, roubo) dirigidos aos seus pais. Pereira (2010) considera, ainda, a existência de duas eras da VFP: a "tradicional", associada a problemas mentais dos filhos e a "nova", denominada como *Síndrome de Imperador*, associada ao exercício de "poder" e "controlo" por parte dos filhos para com os seus progenitores/cuidadores de modo a atingirem determinados objetivos (Garrido, 2011).

É considerado um fenómeno social em expansão devido ao seu aumento exponencial nos últimos anos, mas ainda assim continua a ser uma das formas de violência familiar menos investigada (Gámez-Guadix & Calvete, 2012). Recentemente tem sido visível a preocupação da comunidade científica em estudar este fenómeno (Boxer et al., 2009; Pagani et al., 2009; Stewart et al., 2007).

1.1.1 Fatores de Risco

A investigação mostra que a VFP é um fenómeno complexo e multidimensional que deve ser compreendido tendo como base o modelo ecológico, que inclui variáveis intrapessoais, familiares, comunitárias e culturais que vão permitir estudar e entender este fenómeno no seu todo (Cottrell & Monk, 2004; Estévez & Góngora, 2009; Ibabe & Jaureguizar, 2010; Patuleia et al, 2013).

As características da família, os meios de comunicação social e o grupo de pares são frequentemente destacados na literatura como fatores de risco da VFP (Agustina & Romero, 2013; Calvete et al., 2014; Estévez & Góngora, 2009).

A família é considerada como o principal agente de socialização do

indivíduo, uma vez que é neste espaço de interação que a criança ou adolescente encontra segurança, proteção e estabelecimento de regras e limites que o ajudam a desenvolver-se adequadamente (Alarcão, 2000; Agustina & Romero, 2013; Batista, Oliveira, & Pires, 2011; Portugal & Alberto, 2012). No entanto, o sistema familiar pode ser palco de estilos de comunicação inadequados, de fracas habilidades para resolução de conflitos e o recurso à violência, influenciando o desenvolvimento de comportamentos agressivos nos filhos (crianças/adolescentes) (Agustina & Romero, 2013). A exposição à violência familiar é considerada uma condição de risco para o aparecimento da violência filiofamiliar (Boxer, Gullan, & Mahoney, 2009; Calvete et al, 2011; Gámez-Guadix & Calvete, 2012). Associado a este fator, segundo vários autores, encontra-se o fenómeno de transmissão intergeracional da violência, uma vez que se considera que a exposição das crianças à violência familiar poderia explicar o comportamento agressivo dos filhos em relação aos pais (Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Ibabe & Jaureguizar, 2011). Kennedy, Edmonds, Dann, e Burnett (2010) constataram que os adolescentes que exerciam violência contra os seus pais apresentavam uma associação elevada de exposição à violência familiar. Boxer et al. (2009) encontraram um valor elevado de associação entre VFP, a violência de pais para filhos e a violência conjugal. De acordo com Coogan (2011) este fenómeno também pode estar relacionado com a "violência defensiva", em que as crianças/adolescentes respondem com violência às agressões dos seus pais.

Tem sido, igualmente, sugerido que as relações entre pais e filhos caracterizadas por VFP estão relacionadas com padrões de vinculação insegura e privação emocional (Agnew & Huguley, 1989; Paulson, Coombs, & Landsverk, 1990). Paulson et al. (1990) constataram que os adolescentes agressores em VFP apresentam fracas interações emocionais com os seus pais.

Os estilos educativos parentais surgem, igualmente, na literatura como condições de risco da VFP (Agnew & Huguley, 1989; Calvete et al., 2011; Paganietal, 2004). Os estudos desenvolvidos (Gámez-Guadix et al., 2012) mostram que os jovens mais propensos a exercer violência contra os seus pais foram educados segundo um estilo educativo negligente ou, pelo contrário, autoritário. Em comum, estes dois estilos apresentam uma reduzida expressão de afeto e de envolvimento dos pais nas relações com os seus filhos. A sua combinação com a falta de controlo e supervisão própria do estilo negligente está associada ao aumento da vulnerabilidade para o desenvolvimento de um comportamento abusivo. Por outro lado, um controlo excessivo do comportamento dos filhos pelos pais autoritários ilustra um desequilíbrio de poder na relação, o que impede o desenvolvimento de uma boa auto-estima e autonomia (Gámez-Guadix et al., 2012).

O estilo permissivo ou liberal terá também alguma influência, visto que é caracterizado pela falta de regras claras e pela ausência de uma autoridade consistente. Esta arbitrariedade na imposição de regras e autoridade e a satisfação imediata dos desejos das crianças, pode ser devido

à existência de uma interação fusional com um ou ambos os progenitores (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell & Monk, 2004; Eckstein, 2004; Ibabe et al., 2009). O estilo parental permissivo (Howard et al., 2010) e a perda de poder dos pais (Coogan, 2011) podem contribuir para o uso instrumental da agressão dos filhos contra os pais, com a finalidade de obter ganhos (por exemplo, dinheiro) ou de evitar tarefas indesejáveis (Gámez-Guadix et al, 2012).

É demonstrado em vários estudos que mudanças significativas na estrutura familiar, como a separação ou divórcio dos pais, implicam a reorganização dos papéis parentais e uma maior disposição para problemas disciplinares (Cortés Arboleda & Canton Duarte, 2010; Moreira, 2014). Pagani et al. (2009), num estudo longitudinal, verificaram que as mudanças no sistema conjugal (separação, divórcio, novo casamento, etc.) representavam condição de risco para a VFP contra as mães. Uma explicação para isso seria que as variáveis associadas à monoparentalidade ou separação/divórcio, tais como conflitos de custódia, dificuldades financeiras ou falta de suporte social, criariam deterioração da relação entre pais e filhos (Agustina & Romero, 2013; Ibabe & Jaureguizar, 2010).

A falta de uma comunicação clara nas relações entre pais e filhos é outro factor associado à VFP (Moreira, 2014). Sendo a comunicação um processo interacional que integra diferentes modos de comportamentos (Alarcão, 2006), é importante estudar esse processo nas relações familiares, uma vez que irá permitir compreender as dinâmicas relacionais existentes entre os diferentes elementos do sistema (Alarcão, 2006; Portugal & Alberto, 2010; Relvas, 1996). No caso específico da VFP, é essencial estudar a comunicação ao nível do exercício da parentalidade (Portugal & Alberto, 2010). Pode-se encontrar uma comunicação funcional, em que os elementos se compreendem e relacionam de forma desejada e esperável, ou uma comunicação patológica, em que existe incompreensão entre os elementos da relação, o que gera sentimentos negativos e o progressivo afastamento entre os elementos (Alarcão, 2006; Dias, 2011).

Os meios de comunicação social e outras instituições culturais desempenham um papel importante na aceitação ou rejeição dos comportamentos violentos. A exposição contínua a imagens e linguagem violenta pode ter um efeito desinibidor em adolescentes (Cottrell, 2001). Os adolescentes que têm experiências pessoais de violência em casa ou com os pares são mais suscetíveis a essas mensagens violentas e podem reforçar a perceção de que a violência é um meio legítimo para a resolução de conflitos (Levine, 1996 como citado em Routt & Anderson, 2011) e uma forma aceitável de controlo social (Cottrell, 2001; Machado, 2010).

O grupo de pares pode exercer a sua influência de diversas formas, constituindo um fator de risco para o agravamento das relações pais-filhos, ao colocar à prova a imagem que a família transmite ao exterior (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Os adolescentes que agridem e intimidam os seus pais interagem, frequentemente, com outros adolescentes que apresentam problemas de comportamento (Agnew & Huguley, 1989; Calvete et al., 2011; Cottrell & Monk, 2004; Ibabe, Jaureguizar, & Bentler, 2013).

Segundo um estudo realizado por Cottrell & Monk (2004) os jovens que foram vítimas do grupo de pares usariam o comportamento abusivo contra os pais como forma de compensar os sentimentos de impotência e para expressar sua raiva dentro de um contexto seguro. Os jovens integrados em grupos de pares que usam a violência como estratégia para ganhar poder e controle tendem a utilizar esse comportamento aprendido nas relações com os pais (Cottrell & Monk, 2004).

1.1.2 Características dos agressores

A adolescência é, geralmente, considerada como uma fase de tensão entre a autoridade dos pais e a crescente necessidade de conquista da autonomia por parte dos filhos (Edenborough et al., 2008; Pagani et al., 2009). É uma etapa do desenvolvimento em que os jovens já não são considerados crianças, mas ainda não são aceites como adultos, podendo tornar complexa a tentativa de distinguir entre o que é um comportamento "típico" e o que é um comportamento "abusivo/desafiador" (Bobic, 2004). Com a crescente necessidade de autonomia e independência, muitos adolescentes tendem a questionar as mensagens transmitidas pelos pais quando estes expressam as suas opiniões, valores e/ou regras em relação ao comportamento dos filhos (Pagani et al., 2009).

Os adolescentes agressores tendem a manifestar um baixo controlo de impulso, uma afetividade negativa, baixa empatia e fraca tolerância à frustração, que dificultam as suas relações interpessoais e os tornam mais sensíveis à quebra de regras, irritabilidade e agressividade (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006). No entanto, podem, também, apresentar um controlo emocional excessivo, levando ao isolamento social, à procura de atenção, a sentimentos de inutilidade, inferioridade e/ou dependência (Ibabe, Arnos, & Elgorriaga, 2014). Além disto, acreditam que têm direitos e privilégios que os pais devem respeitar (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006).

A literatura identifica o consumo de substâncias, o baixo rendimento escolar, problemas de dinheiro, o ficar fora de casa até tarde (Ibabe, Arnos, & Elgorriaga, 2014), a sintomatologia depressiva (Calvete et al, 2014; Paulson et al, 1990), a baixa auto-estima (Ibabe & Jaureguizar, 2010), os distúrbios de comportamento (Kennedy et al., 2010) e emocionais (Ibabe, Arnos, & Elgorriaga, 2014; Martínez, Estévez, & Carballo, 2013), as fracas habilidades sociais e emocionais e a dificuldade na regulação dos seus comportamentos e emoções (Agustina & Romero, 2013; Ibabe, Arnos, & Elgorriaga, 2014) como condições de risco individuais. No que diz respeito à inclinação individual para o crime, Garrido (2011) defende que a personalidade ou temperamento do jovem agressor costuma estar associado a um baixo nível de autocontrolo e consciência moral deficiente.

Os estudos consideram que os filhos do sexo masculino apresentam uma maior tendência para serem agressivos fisicamente com os pais, enquanto as filhas recorrem ao abuso emocional e verbal (Ibabe, Jaureguizar,

& Bentler, 2013; Ibabe, Arnosó & Elgorriaga, 2014). As estatísticas indicam que os agressores são, na sua maioria, do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos (Agnew & Huguley, 1989; Ibabe & Jaureguizar, 2011). Consideram, também, que os filhos, à medida que crescem, tendem a diminuir a agressividade em relação às suas mães e a aumentar a violência contra os seus pais, enquanto as filhas, à medida que crescem, tendem a agredir ambos os progenitores (Agnew & Huguley, 1989). Contudo, outros autores não encontram qualquer relação entre a taxa de agressões aos pais e a idade dos filhos (Ibabe & Jaureguizar, 2011).

A APAV, de acordo com as estatísticas obtidas entre 2004 e 2012, indica-nos que os filhos agressores são, na sua maioria, do sexo masculino.

1.1.3 Características das vítimas

Os pais deveriam representar a autoridade e proporcionar bem-estar, proteção e segurança física e psicológica aos seus filhos, sendo-lhes, por isso, reconhecido maior poder do que aos filhos dependentes (Agnew & Huguley, 1989; Coogan, 2011; Ibabe & Jaureguizar, 2011). Todavia, na VFP esse poder é exercido pelos filhos.

AVFP pode ocorrer em qualquer família, não estando especificamente associada a uma classe socioeconómica, origem étnica ou orientação sexual (Cottrell, 2001). No entanto, embora os pais também sejam suscetíveis a essa violência, as mães são as vítimas mais frequentes (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Evans & Warren-Sohlberg, 1988; Ibabe, Jaureguizar, & Bentler, 2013). Uma das razões para uma maior incidência de mães como vítimas parece estar relacionada com o facto de estas serem as principais cuidadoras, que passam mais tempo com os filhos e com os quais mantêm ligações emocionais mais fortes (Coogan, 2011). Além disso, a sociedade ainda mantém uma imagem das mães como mais fracas, mais vulneráveis e com menos energia do que os seus pais e, portanto, mais suscetíveis à agressividade dos filhos (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Cottrell & Monk, 2004). Enquanto os pais se defendem fisicamente contra as agressões dos seus filhos, as mães não o fazem, tornando-as, assim, mais frágeis (Coogan, 2011; Eckstein, 2004; Ibabe & Jaureguizar, 2011).

As estatísticas da APAV, efetuadas entre 2004 e 2012, vão ao encontro desses estudos, indicando que as vítimas de VFP são maioritariamente do sexo feminino, apresentando uma percentagem de 59% (APAV, 2012).

Estudos mostram que pais idosos ou com deficiência podem ser especialmente vulneráveis à VFP (Cottrell, 2001; Cottrell & Monk, 2004; Harbin & Madden, 1979). Os pais de adolescentes violentos, muitas vezes, têm medo de se impor na expectativa de retaliação do filho. Os incidentes violentos são, frequentemente, resultantes da tentativa dos pais de corrigirem o mau comportamento dos filhos (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006).

As vítimas de VFP tendem a desenvolver sintomatologia depressiva, ansiedade e vergonha por não terem sido capazes de "construir" uma família

"feliz", acabando por interferir com a sua capacidade de recuperar a liderança na família e nas relações com os filhos (Cottrell, 2001). Normalmente, acreditam que elas próprias são as responsáveis pelo abuso por considerarem que a sua parentalidade foi ou é inadequada (Cottrell & Monk, 2004).

A maioria dos pais tem dificuldade em aceitar que o seu filho adolescente é abusivo, o que facilita a negação do problema (Gómez, 2012). Associado a isso estão os fatores internos, como a vergonha, o medo e a culpa, e os fatores externos, como o julgamento da sociedade em relação à sua capacidade para a parentalidade (Bobic, 2004), que podem contribuir para que os pais neguem ou minimizem as suas experiências de vitimação e, conseqüentemente, mantenham segredo (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Harbin & Madden, 1979). A falta de apoio dos serviços e do sistema de justiça juvenil, que não estão preparados para responder eficazmente às queixas de violência filio-parental, contribuem para reforçar a negação da violência (Cottrell, 2001; Evans & Warren-Sohlberg, 1988).

1.2 As Representações Sociais e a Violência

Moscovici (1978) define representação social como o conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem ao indivíduo interpretar, pensar e agir sobre a realidade. São partilhadas e construídas socialmente e, por isso, permitem a comunicação entre os diferentes indivíduos e grupos sociais (Almeida et al., 2006; Bonfim & Almeida, 1992; Galinkin & Almeida, 2012; Moscovici, 1978).

As representações sociais criadas sobre o fenómeno de violência remetem-nos para um relativismo do conceito, uma vez que a construção das representações é dependente do contexto social em que o indivíduo se insere (Porto, 2006). Por outras palavras, as representações sociais permitem aos protagonistas ou vítimas de violência atribuírem um significado às suas práticas, considerando o contexto em que atuam e onde as ações violentas se concretizam (Porto, 2006).

A adolescência, caracterizada como um período de mudanças a vários níveis (cognitivo, moral, pessoal, interpessoal e formação da identidade) (Machado, 2010; Sprinthall & Collins, 2008), é sensível à internalização de narrativas transmitidas pela família e pela comunidade onde o jovem se insere. Estas podem, por sua vez, incluir diferenças de género que definem o homem como um ser dominante e a mulher como um ser submisso, bem como a aceitação de determinados comportamentos, contribuindo, fortemente, para o recurso à violência nas relações familiares (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006; Machado, 2010; Pereira & Bertino, 2009; Routt & Anderson, 2011). A escolha dos pares, por exemplo, é muito influenciada pelo sistema de crenças do próprio adolescente. Se o adolescente conviver num ambiente familiar agressivo tende a seleccionar os pares que aceitem ou aprovem o uso da violência nas relações sociais (Machado, 2010).

As narrativas sociais que regulam a relação de pais e filhos têm

sofrido alterações nos últimos anos. A utilização do castigo físico na educação das crianças já foi um comportamento culturalmente aceite, mas é atualmente criticado e proibido pelos direitos constitucionais (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003). Ao mesmo tempo, observa-se cada vez mais a perda de autoridade dos pais em casa e uma postura de menor reconhecimento da autoridade do adulto por parte dos jovens. Assim, segundo Patuleia et al. (2013), torna-se difícil delimitar o que é ou não aceitável no comportamento dos filhos para com os pais.

As transformações sociais e históricas que ocorrem numa determinada sociedade, e o modo como esta controla, aceita ou rejeita o recurso à violência, modificam as representações da violência e as suas formas de manifestação (Machado, 2010). O julgamento da sociedade em relação à progressiva fragilidade da autoridade dos pais, e a crença de que a sua função como pais é proteger os seus filhos, contribui para que os pais neguem ou minimizem as atitudes violentas dos filhos e não tenham coragem de revelar que são vítimas (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Harbin & Madden, 1979).

A resistência da sociedade em atribuir a responsabilidade do comportamento violento às crianças aparece como outra explicação para a dificuldade em detetar e responder adequadamente à VFP (Agnew & Huguley, 1989; Coogan, 2011). O comportamento violento das crianças desafia as crenças convencionais construídas sobre a infância, uma vez que ainda é difícil para a sociedade considerá-lo como um comportamento abusivo, dada a idade e o estágio de desenvolvimento em que se encontra, sendo, por isso, definido como um comportamento normalizado e transitório (Agnew & Huguley, 1989; Coogan, 2011).

Ou seja, a complexidade das relações humanas explica a dificuldade em definir e explicar a violência, da mesma forma que dificulta a definição de um padrão de aceitação ou não-aceitação em relação ao fenómeno considerado violento (Silva, Lopes & Carvalho, 2008 como citado por Machado 2010).

II - Objectivos

A problemática da VFP é, ainda, pouco abordada na literatura sobre o comportamento violento nas relações familiares (Boxer et al, 2009; Coogan, 2011; Pagani et al, 2009), mas é consensual a necessidade de considerar no estudo deste fenómeno os fatores individuais, sociais e culturais (Cottrell & Monk, 2004; Estévez & Góngora, 2009; Ibabe & Jaureguizar, 2010; Patuleia et al., 2013).

As representações sociais assumem um papel importante na violência, uma vez que definem as normas sociais que regem a sociedade, influenciam o significado dado à realidade e a forma de lidar com esta, identificando se um determinado comportamento é adequado ou correto ou é inadequado e incorreto (Machado, 2010; Porto, 2006). Nesse sentido, torna-se essencial identificar quais as representações sociais que a comunidade tem a respeito da VFP.

A presente investigação pretende validar dois instrumentos de avaliação das representações sociais sobre a Violência Filioparental, assim como identificar as representações sociais de adolescentes relativamente aos fatores facilitadores, de manutenção e de resolução da VFP.

Assim, e como objetivos específicos, estabeleceram-se:

- a) Avaliar a consistência interna dos dois instrumentos de avaliação das representações sociais em torno da VFP: Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014); e o Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014);
- b) Identificar o grau de legitimação de adolescentes da população geral relativamente à VFP nas respostas às histórias;
- c) Identificar os fatores facilitadores, de manutenção e de resolução mais referenciados pelos adolescentes;
- d) Analisar a influência das variáveis sociodemográficas, como a idade, sexo, habilitações literárias e formação, sobre a legitimação e as representações sociais associadas às causas, condições de manutenção e de resolução da VFP;
- e) Identificar a associação entre a desajustabilidade social e as respostas aos restantes instrumentos.

III - Metodologia

3.1 Amostra

Para a concretização dos objetivos desta investigação foi realizado um estudo transversal numa amostra de adolescentes da população geral, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. A recolha da amostra foi efetuada através do método de amostragem não probabilística, amostragem de conveniência, pedindo a cada participante a sugestão de outras pessoas que aceitassem colaborar na investigação. Assim, a amostra final integra 152 adolescentes, sendo 78 do sexo feminino (51,3%) e 74 do sexo masculino (48,7%). As idades mais prevalentes são os 15 (n= 46; 30,3%) e os 18 anos (n= 42; 27,6%). Os participantes com 16 (n = 18; 11,8%) e 17 anos (n= 17; 11,2%) surgem com menor percentagem (Tabela 1).

No que respeita ao nível de escolaridade, a amostra é distribuída entre 7 e 12 anos de escolaridade, sendo que 29,9% (n= 44) dos participantes frequentam o 10º ano de escolaridade contrastando com os 2% (n=3) do 3º ciclo (7ºano). Relativamente à existência de irmãos, grande parte da amostra refere ter irmãos (n= 124; 83,8%) (Tabela 1). Quanto ao número de irmãos, 80 adolescentes referem ter 1 irmão (61,5%) e 29 (22,3%) têm 2 irmãos. No que respeita à posição na fratria, 60 adolescentes referem ser os filhos mais novos (48,8%), seguindo-se a categoria dos filhos mais velhos (n=46; 36,8%) e os filhos do meio (n=19; 15,2%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Características sociodemográficas da amostra

Variáveis		n	%
Sexo	Feminino	78	51,3
	Masculino	74	48,7
Idade	14	29	19,1
	15	46	30,3
	16	18	11,8
	17	17	11,2
	18	42	27,6
Nível de escolaridade	7	3	2,0
	8	8	5,4
	9	36	24,5
	10	44	29,9
	11	16	10,9
	12	40	27,2
Irmãos	Sim	124	83,8
	Não	24	16,2
Número de irmãos	0	6	4,6
	1	80	61,5
	2	29	22,3
	3	12	9,2
	4	2	1,5
	5	1	0,8
Fratria	Mais velho	46	36,8
	Mais novo	60	48,8
	Do meio	19	15,2

3.2 Instrumentos

Os participantes deste estudo preencheram um protocolo de investigação que inclui: um questionário de dados sociodemográficos, o Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014), o Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M. 2014) e uma escala de avaliação da Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010). De seguida proceder-se-á a uma breve descrição de cada um desses instrumentos, que foram aplicados pela ordem pela qual são apresentados.

3.2.1. Questionário de Dados Sociodemográficos

O questionário de dados sociodemográficos inclui questões que pretendem recolher informação sobre a idade, sexo, escolaridade, indicação de ter ou não irmãos e posição na fratria dos participantes do estudo.

3.2.2 Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014)

O Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) é um questionário de autorelato construído por Patuleia, Alberto, Pereira e Alarcão, em 2014. Integra três histórias diferentes de Violência Filioparental, sendo apresentadas para cada uma dessas histórias dez afirmações (30 itens no total), onde é pedido ao indivíduo que indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala de Likert: 1 “discordo totalmente”; 2 “discordo”; 3 “concordo” e 4 “concordo totalmente”. Os itens foram construídos de acordo com uma revisão da literatura.

3.2.3 Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M. 2014)

O Questionário sobre a violência dos filhos contra os pais – Fatores facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) é um questionário de autorelato no qual são apresentados três conjuntos de afirmações (itens) relativas aos fatores que podem: a) facilitar (ou ser a causa) a violência filioparental; b) manter esse tipo de violência, e c) interromper/resolveras situações de violência filioparental. É pedido ao respondente que, para cada item, indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala de Likert: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo” e 4 “concordo totalmente”. Os itens de cada fator refletem as condições de risco e de proteção identificadas na literatura.

3.2.4 Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010)

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010) é um instrumento de autorelato destinado a avaliar a desejabilidade social (Crowne & Marlowe, 1960). É constituído por 33 afirmações que descrevem comportamentos do nosso quotidiano e permitem avaliar a tendência do sujeito para responder de forma socialmente desejável (Crowne & Marlowe, 1960; Scagliusi et al., 2004; Silvestre, 2010).

Para responder a esta escala, o indivíduo deverá assinalar “Verdadeiro” ou “Falso” em cada uma das afirmações. As pontuações

obtidas podem variar entre 0 e 33 pontos, sendo que os resultados superiores a 17 são indicadores de um "forte desejo de aceitação social" (Scagliusi et al., 2004).

É considerado um instrumento robusto por apresentar boas propriedades psicométricas (Crowne & Marlowe, 1960). Apresenta uma boa consistência interna (medida pelo coeficiente Alfa de Cronbach e que varia entre .72 a .96) (Crowne & Marlowe, 1960; Loo & Loewen, 2004; Loo & Thorpe, 2000) e uma boa estabilidade temporal ($r = .89$) (Crowne & Marlowe, 1960). No presente estudo, o valor de consistência interna encontrado para a MCSDS foi razoável, segundo Pestana e Gageiro (2008), com um $\alpha = .758$.

3.3 Procedimentos

Num primeiro momento, procedeu-se à apresentação da investigação e do seu protocolo, sendo referidos os objetivos e esclarecidos os procedimentos. Posteriormente, foi solicitada a colaboração a cada um dos participantes, informando-os que se tratava de uma investigação científica, cuja participação seria voluntária, confidencial e anónima. Foi pedido o consentimento informado aos participantes e o preenchimento de uma declaração pelos encarregados de educação dando autorização para a participação dos filhos menores de 18 anos, tendo sido, de seguida, solicitado o preenchimento do protocolo de investigação. A análise estatística dos dados recolhidos foi realizada com o recurso ao programa Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, versão 20.0.

IV – Resultados

4.1 Estudos de Precisão

4.1.1 Análise da consistência interna do QRVFP-HIS

O questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS), para o total dos 30 itens, apresenta uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2008), determinada pelo coeficiente alfa de Cronbach ($\alpha = .852$; $N = 152$).

Contudo, com a retirada de dois itens da História 2, nomeadamente o item 5 “*A adolescência é uma fase complicada para pais e filhos e estes comportamentos da Bia são formas de desafiar os pais*” e o item 7 “*Se os pais sempre habitaram Bia a ter tudo o que queria, é esperado que ela não perceba e nem aceite que não pode ter o que quer*”, o coeficiente de alfa de Cronbach para o total de 28 itens é $\alpha = .858$, observando-se um aumento de fiabilidade do instrumento pouco significativo. Estes dois itens registaram coeficientes de correlação muito baixos com o total da História 2, o que determinou a sua retirada.

A consistência interna para cada uma das três histórias é razoável,

pois encontram-se no limiar do .70 (Pestana & Gageiro, 2008). Na História 1 registou-se um $\alpha = .726$, na História 2 o valor obtido foi de $\alpha = .695$, após a retirada dos 2 itens, e na História 3 foi de $\alpha = .731$.

Ao avaliar-se a correlação de cada item com o total na História 1 verificou-se que o item 10 “*A mãe não deve permitir estes comportamentos agressivos do Dário em relação a si e tem de procurar ajuda*” apresentava um valor negativo ($r = -.254$) o que indicou a necessidade de ter uma cotação invertida, através da qual o coeficiente de alfa aumentou. Os coeficientes de correlação entre cada item e o total da História 1 variam entre $r = .099$ (item 5 “*O comportamento do Dário para com a D. Ana é o resultado da mãe e o padrasto não imporem e exercerem a sua autoridade como figuras parentais*”) e $r = .561$ (item 9 “*Não é aceitável que os pais apresentem queixa dos filhos. Devem ser eles em casa a resolver os comportamentos mais conflituosos e agressivos dos seus filhos*”). Na análise descritiva dos itens, no que respeita à média e ao desvio padrão, constatou-se que o item 5 pontuou mais ($m = 2,99$; $dp = 0,737$) e o item 10 pontuou menos ($m = 1,48$; $dp = 0,619$) (Ver anexo A1 e A2).

Na História 2, numa primeira análise, verificou-se a necessidade de inversão da cotação dos itens 4 “*Independentemente das razões da Bia, o seu comportamento é inaceitável*” ($r = -0,080$) e 8 “*A mãe da Bia fez bem em contar à psicóloga o que se passa em casa com a filha e deve mesmo pedir ajuda especializada, pois o comportamento da Bia é grave*” ($r = -0,249$) por causa das correlações negativas com o total da História. De seguida, analisando as correlações entre cada item e o total da História 2, observou-se que a retirada dos itens 5 “*A adolescência é uma fase complicada para pais e filhos e estes comportamentos da Bia são formas de desafiar os pais*” e 7 “*Se os pais sempre habituaram Bia a ter tudo o que queria, é esperado que ela não perceba e nem aceite que não pode ter o que quer*” gerava um aumento substancial da valor de alfa, para $\alpha = .695$. Com os 8 itens, verificaram-se coeficientes de correlação entre cada item e o total da História 2 que variavam entre $r = .257$ (item 10 “*O comportamento da Bia contra os pais deve ser resultado de alguma doença mental ou de consumos de drogas/álcool que os pais desconhecem*”) e $r = .510$ (item 1 “*Se a Bia foi sempre uma boa filha, este seu comportamento atual vai passar*”). Ao analisar-se a média e o desvio padrão de cada item verificou-se que o item com um valor de média mais alto é o 6 “*O comportamento da Bia é normal na sociedade atual, quer entre os jovens, quer com os professores na escola*” ($m = 2,31$; $dp = 0,739$) e o item com valor de média mais baixo é o 4 “*Independentemente das razões da Bia, o seu comportamento é inaceitável*” ($m = 1,54$; $dp = 0,699$), significando que a maioria dos sujeitos respondeu “discordo” ao item 6 e “discordo totalmente” ao item 4 (Ver anexo B1 e B2).

No que respeita à História 3, depois de se proceder à inversão da cotação dos itens 8 “*Estes comportamentos do Ângelo são inaceitáveis, por isso esta família devia pedir ajuda a algum serviço especializado*” e 10 “*A mãe e pai do Ângelo deviam levar o filho a consultas de psicologia/pedopsiquiatria para ele alterar o seu comportamento, porque*

pode ser algum problema grave” obteve-se um coeficiente de alfa de .731. Apesar disso, é visível a correlação negativa do item 5 “*Na sociedade atual as crianças estão habituadas a ser o centro das atenções e perdem o respeito pelos mais velhos, como acontece com o Ângelo*”(r= -.024) que, ao ser retirado da história, permite aumentar o coeficiente de alfa para .764. Os coeficientes de correlação entre cada item e o total da História 3 variam entre r= -.024 (item 5) e r= .581 (item 9 “*O Ângelo só tem 9 anos, é uma criança, os pais não devem falar sobre estes comportamentos com pessoas estranhas à família, pois isso pode traumatizá-lo e levá-lo a sentir que os pais não gostam dele*”). Ao analisar-se os valores da média e do desvio padrão, é possível constatar que os itens 5 (m= 3,09; dp= 0,650) e 6 “*Os pais devem pedir à irmã que se envolva, apesar de longe, e os ajude a lidar com o Ângelo. Por exemplo, ligar com mais frequência e falar com o irmão sobre os seus comportamentos*” (m= 3,09; dp= 0,703) apresentam um valor de média superior, significando que a maioria dos respondentes assinalou “Concordo” nas respetivas afirmações. Por sua vez, o item 10 (m= 1,86; dp= 0,691) apresentou uma média mais baixa em comparação com os restantes itens, indicando-nos que a maioria dos sujeitos assinalou “discordo totalmente” na afirmação (Ver Anexo C1 e C2).

4.1.2 Análise da consistência interna do QVFP-FMR

O Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) apresenta uma boa consistência interna para cada um dos três fatores. No que respeita aos fatores facilitadores da VFP verificou-se um $\alpha = .678$, no limiar do razoável. Avaliando a correlação de cada item com a escala total, podemos observar que o item 3 “*Pais muito autoritários e rígidos que não deixam espaço aos filhos e os tornam revoltados*” apresenta um valor baixo (r= .135) e que, sendo retirado, o coeficiente de Cronbach aumentaria para .767, indicando uma consistência interna razoável (Pestana e Gageiro, 2008). O item 8 “*Há pais que são emocionalmente muito dependentes dos filhos, levando a um relacionamento entre pais e filhos tão próximo que se esquecem dos papéis, direitos e deveres diferentes que pais e filhos têm na família*” foi o mais pontuado (m= 3,28; dp= 0,688) e o item 10 “*Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais*” o menos pontuado (m= 1,98; dp= 0,804), permitindo afirmar que a maior parte dos sujeitos respondeu ao item 8 com “Concordo” e ao item 10 com “discordo totalmente” (Ver Anexos D1 e D2).

O conjunto dos itens relativo aos fatores de manutenção da VFP apresenta um coeficiente de Cronbach de $\alpha = .838$ indicador de uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2008). Analisando a média e o desvio padrão correspondente a cada item verifica-se que o valor de média mais alto corresponde ao item 1 “*Não se reconhecer os comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave*” (m= 3,35; dp= 0,569), significando que a maioria dos respondentes optou por concordar com a afirmação (3- “Concordo”), e o mais baixo ao item 18 (m= 2,42; dp=

0,709), que nos dá a informação de que a maior parte dos participantes discordou com a afirmação (2- “discordo”) (Ver Anexos E1 e E2).

Os fatores de resolução da VFP apresentam um $\alpha = .917$, revelando uma consistência interna muito boa (Pestana e Gageiro, 2008). O item 6 “*Desvalorização da situação por parte dos pais*” foi o mais pontuado ($m = 3,39$; $dp = 0,644$) e o item 10 “*Falta de confiança na eficácia dos serviços sociais*” apresenta a cotação mais baixa ($m = 2,75$; $dp = 0,746$), significando que a maioria dos participantes respondeu ao item 6 com “Concordo” e ao item 10 com “Discordo” (Ver Anexos F1 e F2).

4.1.3 Análise descritiva dos itens do QVFP-FMR

Ao nível das respostas aos itens de cada fator, relativamente aos facilitadores da VPF, a maioria dos participantes assinala “discordo totalmente” ao item 10 ($n = 44$; 28,9%) “*Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais*”, sendo que 56 (36,8%) adolescentes indicam “concordo totalmente” ao item 8 “*Consumos de álcool ou drogas por parte dos filhos*”. Relativamente às opiniões menos extremas (“Discordo” e “Concordo”), o item que apresenta maior número de respostas “Discordo” ($n = 74$; 48,7%) é o 10 “*Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais*”, e o item em que assinalam com maior frequência “Concordo” ($n = 107$; 70,9%) é o item 1 “*Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar*”.

No que respeita aos fatores de manutenção, verifica-se que o item 18 ($n = 13$; 8,6%) “*Falta de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental*” apresenta maior número de respostas “discordo totalmente”, e o item 1 “*Não se reconhecer os comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave*” ($n = 60$; 39,5%) maior número de adolescentes a concordar totalmente com a afirmação, seguindo-se o item 18 “*Falta de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental*” com 67 adolescentes (44,1%) a discordar com o mesmo e o item 19 “*Os pais ficam submissos aos comportamentos agressivos dos filhos como forma de acalmarem a situação*” com 97 (63,8%) a assinalar “concordo”.

Por último, nos fatores de resolução é possível constatar que existe um maior número de adolescentes a “discordar totalmente” com o item 19 ($n = 4$; 2,6%) “*Trabalhar logo na escola a sensibilização para a não tolerância da violência de filhos, mesmo crianças, contra os seus pais*”, comparativamente às respostas dadas aos restantes itens. Em relação à opção “Discordo”, o item 10 “*Melhorar as condições socioeconómicas das famílias*” apresenta maior frequência de respostas ($n = 57$; 37,5%). O item 18 “*Criar respostas sociais de apoio para estas situações que sejam percebidas como eficazes*” regista o maior número de participantes a assumir concordância com a afirmação ($n = 110$; 72,4%) e o item 6 “*Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças têm o direito de ser respeitadas e valorizadas, mas também têm o dever de respeitar e valorizar os adultos, nomeadamente os seus pais*” apresenta maior número de

participantes a assinalar a opção “concordo totalmente” (n=71; 46,7%) (Ver Anexos D3, E3 e F3).

4.2 Associação da desejabilidade social com as respostas ao QRVFP-HIS

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010) obteve um valor do coeficiente de alfa de Cronbach de 0,758 (Pestana & Gageiro, 2008) que traduz uma consistência interna razoável. Os coeficientes de correlação de *Pearson* registados entre a MCSDS e o QRVFP-HIS são de $r = .057$ para a História 1, $r = .037$ para a História 2, $r = .027$ para a História 2 e $r = .049$ para o total do QRVFP-HIS (Ver Anexo H2). Estes valores indicam uma associação quase nula entre cada um dos resultados, mostrando que são independentes e levando a considerar que os participantes não responderam ao protocolo no sentido da desejabilidade social.

4.3 Análise da influência das respostas ao QRVFP-HIS e ao QVFP-FMR em função do sexo, idade e nível de escolaridade

Para avaliar se existiam diferenças significativas nas respostas ao questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) em função do sexo, recorreu-se ao teste *t de student* para amostras independentes. Os resultados obtidos evidenciam diferenças significativas com os adolescentes do sexo masculino a registarem resultados superiores em relação às adolescentes nas 3 histórias e no total do QRVFP-HIS (ver Tabela 2).

Tabela 2. Resultados do teste *t* para as Histórias e total do QRVFP-HIS em função do Sexo

		M (DP)	<i>t</i>	df	<i>p</i>
Totalhistória 1	Feminino	18,74 (3,726)	- 3,534	148,864	.001
	Masculino	20,92 (3,856)			
Totalhistória 2	Feminino	15,21 (2,951)	- 2,630	141,720	.009
	Masculino	16,61 (3,576)			
Totalhistória 3	Feminino	22,92 (3,894)	- 2,308	149,865	.022
	Masculino	24,36 (3,805)			
TotalHistórias	Feminino	56,87 (8,597)	- 3,434	147,114	.001
	Masculino	61,89 (9,383)			

Com o intuito de avaliar a relação entre a idade dos adolescentes e as respostas ao QRVFP-HIS recorreu-se ao cálculo do coeficiente de *Pearson*. Verificaram-se correlações baixas negativas entre a variável idade com cada história (História 1: $r = -.193$; $N = 152$; $p = .017$; História 2: $r = -.147$; $N = 152$; $p = .070$; História 3: $r = -.081$; $N = 152$; $p = .323$) e o total de histórias ($r = -.168$; $N = 152$; $p = .038$) (Ver Anexo H2).

Para avaliar a associação entre a variável nível de escolaridade, variável ordinal, e as respostas ao QRVFP-HIS recorreu-se ao cálculo do coeficiente de *Spearman*, registando-se correlações baixas negativas entre a variável escolaridade e a História 1 ($r = -.281$; $N = 152$; $p = .001$), História 2 ($r = -.242$; $N = 147$; $p = .003$), História 3 ($r = -.073$; $N = 147$; $p = .380$) e entre a escolaridade e o total do QRVFP-HIS ($r = -.217$; $N = 147$; $p = .008$) (Ver Anexo H3).

Para avaliar influência da variável sexo na resposta ao questionário sobre violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) recorreu-se ao teste não paramétrico *U de Mann-Whitney* para amostras independentes, uma vez que os itens apresentam uma cotação ordinal.

Assim, verificou-se que a média de respostas das adolescentes é estatisticamente superior à dos adolescentes do sexo masculino no item 1 “*Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar*” ($U = 2289$; $W = 5064$; $p = .009$) e 12 “*Sentimentos de culpa dos pais/mães por terem pouco tempo para estar com os filhos*” ($U = 2149,5$; $W = 4924,5$; $p = .003$) dos fatores facilitadores e ao item 13 “*Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência.*” ($U = 2379$; $W = 5154$; $p = .035$) dos fatores de manutenção da VFP (Ver Anexo H4, H5, H6).

4.4 Análise das respostas às questões abertas

Procedendo a uma análise das respostas dos 152 adolescentes, verificou-se que 124 (81,6%) consideraram haver VFP nas histórias, enquanto 28 (18,4%) adolescentes referem não existir VFP em nenhuma das histórias.

Dos que consideraram existir VFP, 72 (47,4%) adolescentes identificaram-na em todas as histórias. A História 1 foi apontada por 39 adolescentes (25,7%), a História 2 por 8 adolescentes (5,3%) e a História 3 por 30 adolescentes (19,9%). Contudo, 29 adolescentes (18,5%) indicaram a existência de VFP em mais do que uma história. É de referir que 32 adolescentes não responderam à questão, totalizando uma percentagem de cerca 21,1%.

Ao ser pedido para identificar a história com VFP *mais grave*, 35 (23%) dos 152 adolescentes não responderam à questão. A História 1 foi indicada por 62 adolescentes (40,8%), a História 2 por 9 (5,9%) e a História

3 por 37 (24,4%). Por outro lado, 7 adolescentes (4,6%) referiram que todas as histórias são graves.

Relativamente à questão “*porquê?*”, o abuso físico foi apontado por 34 adolescentes (23,8%), o abuso não verbal e psicológico foi destacado por 6 (4,2%) e o abuso verbal e/ou psicológico é referido por 2 adolescentes (1,4%). Ainda como resposta a esta questão, 31 participantes (21,6%) identificaram o fator idade como critério para a gravidade da VFP, ao afirmarem que os protagonistas são demasiado novos para adotarem comportamentos violentos em relação aos pais. A esta questão não responderam 42 adolescentes (27,6%).

À questão “*já ouviu falar em VFP?*”, 46 adolescentes (30,3%) responderam negativamente, enquanto que 106 adolescentes (69,7%) responderam positivamente.

Quando questionados sobre “*Onde é que ouviu falar em VFP?*”, 74 adolescentes referiram ter ouvido falar na comunidade (39,4%). Dentro desses, 46 identificaram a escola (32,7%), 21 referiram os amigos (14,4%) e apenas 7 indicaram a família (4,9%). A comunicação social ou os *media* foi referenciada por 77 adolescentes (52%). Quarenta e sete adolescentes não responderam a esta questão (30,9%).

Quanto à possibilidade de conhecerem alguma situação de VFP, a maioria dos respondentes assinalou “*não*” (n= 135; 88,8%), pelo que apenas 17 adolescentes (11,2%) responderam positivamente. Dentro destes, 6 adolescentes descrevem situações de abuso verbal e/ou psicológico (4,2%), 4 adolescentes identificam abuso não-verbal e psicológico (2,8%) e 3 adolescentes descrevem abuso financeiro (2,1%) assim como abuso físico (2,1%), havendo 134 adolescentes que não responderam à questão (88,2%). É de referir que 2 adolescentes, embora tivessem conhecimento de situações de VFP, não as descreveram (1,4%).

V - Discussão

No presente capítulo será apresentada uma reflexão crítica dos resultados obtidos, procurando interpretá-los de acordo com os conhecimentos teóricos sobre a problemática em estudo.

O estudo das representações sociais sobre a violência filio-parental numa amostra de adolescentes da população geral tornou-se relevante por permitir identificar as narrativas dominantes dos adolescentes sobre este fenómeno. Assim, a presente investigação pretendeu avaliar as qualidades psicométricas de dois instrumentos de avaliação das representações sociais sobre a violência filio-parental (QRVFP-HIS e QVFP-FMR), avaliar a influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade) sobre o grau de legitimação da violência por parte dos adolescentes e identificar os fatores facilitadores, de manutenção e de resolução da VFP mais referenciados pelos adolescentes.

Os resultados obtidos no Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) indicaram, segundo Pestana e Gageiro (2008), uma boa consistência interna para a escala total. No entanto, analisando o

conjunto de afirmações para cada história separadamente (10 itens), deparamo-nos com coeficientes de alfa bastante baixos devido à existência de itens com uma correlação com a escala total negativa, nomeadamente o item 10 *“A mãe não deve permitir estes comportamentos agressivos do Dário em relação a si e tem de procurar ajuda.”*, na História 1, os itens 4 *“Independentemente das razões da Bia, o seu comportamento é inaceitável.”* e 8 *“A mãe da Bia fez bem em contar à psicóloga o que se passa em casa com a filha e deve mesmo pedir ajuda especializada, pois o comportamento da Bia é grave”*, na História 2, e, por último, os itens 8 *“Estes comportamentos do Ângelo são inaceitáveis, por isso esta família devia pedir ajuda a algum serviço especializado”* e 10 *“A mãe e pai do Ângelo deviam levar o filho a consultas de psicologia/pedopsiquiatria para ele alterar o seu comportamento, porque pode ser algum problema grave”*, na História 3. Procedeu-se à inversão dos itens com correlação negativa e na História 2 retiraram-se dois itens, de forma a melhorar a consistência interna de cada história, tendo-se verificado posteriormente que esse procedimento melhorou a fiabilidade das escalas. Uma vez que a construção deste instrumento é recente e este é o seu primeiro estudo, será importante realizar, futuramente, mais pesquisas sobre as qualidades psicométricas do QRVFP-HIS.

A História 1 foi a mais referenciada como traduzindo VFP e sendo grave, pelo que a presença de abuso físico foi a justificação mais utilizada pelos participantes. Alguns estudos realizados com adolescentes no âmbito da perceção da violência evidenciaram uma maior tendência para a identificação da mesma apenas em situações em que ocorriam agressões físicas (cf. Campos & Guimarães, 2003, como citados em Guimarães & Campos, 2007).

Relativamente ao Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) foi possível constatar que o primeiro conjunto de afirmações, respeitante aos fatores facilitadores da VFP, apresenta uma consistência interna no limiar do satisfatório (Pestana & Gageiro, 2008). Ao item *“Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais”*, 118 adolescentes consideraram que a diferença de escolaridade entre pais e filhos não deve ser considerada uma causa para a ocorrência da violência, não existindo na literatura nenhum estudo que reflita sobre a influência dessa variável na violência dos filhos contra os pais. Por outro lado, os itens *“Consumos de álcool ou drogas por parte dos filhos”* e *“Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar”* são os mais referenciados pelos participantes como fatores facilitadores da violência. De acordo com alguns autores, o consumo de álcool ou drogas por parte dos jovens adolescentes parece ser uma das características associadas ao comportamento violento, embora não esteja claro até que ponto essa relação seja diretamente associada à VFP (Cottrell & Monk, 2004; Ibabe, Arnos, & Elgorriaga, 2014). Por outro lado, a exposição à violência familiar é também referenciada por diferentes autores como uma condição de risco (Boxer, Gullan, & Mahoney, 2009; Calvete et al, 2011; Gámez-

Guadix, & Calvete, 2012), estando associada ao processo de transmissão intergeracional da violência, em que a exposição à violência interparental pode explicar o comportamento agressivo dos filhos em relação aos pais (Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Ibabe & Jaureguizar, 2011), ao aprenderem que a agressão pode ser usada com o propósito de atingir determinados fins (Machado, 2010).

No que respeita aos fatores de manutenção da VFP, 80 adolescentes discordam quanto à *“Falta de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental”*. No entanto, 60 adolescentes não têm dúvidas de que o item *“Não se reconhecer os comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave”* é uma condição de manutenção da VFP. Uma explicação para a dificuldade em detetar e responder adequadamente à VFP deve-se à resistência da sociedade em atribuir a responsabilidade do comportamento violento aos filhos menores de idade, dado o estágio de desenvolvimento em que se encontram e, por isso, os comportamentos serem desvalorizados e considerados transitórios (Agnew & Huguley, 1989; Coogan, 2011). Já 97 adolescentes concordam com *“Os pais ficam submissos aos comportamentos agressivos dos filhos como forma de acalmarem a situação”*. Associado a este comportamento, está a dificuldade que os pais apresentam em aceitar ou admitir o comportamento abusivo do filho, por vergonha, medo ou culpa, não estando preparados para o julgamento da sociedade quanto à sua capacidade para a parentalidade, facilitando, por isso, a negação da presença de um problema grave na família (Bobic, 2004; Gómez, 2012).

Nos fatores de resolução da VFP constatou-se que 57 adolescentes discordam com o item *“Melhorar as condições socioeconómicas das famílias”*. Em relação a isso, Cottrell (2001) considera que esta forma de violência pode ocorrer em qualquer família, não estando associada a nenhuma classe económica e origem étnica das famílias ou orientação sexual do indivíduo. Por outro lado, 181 adolescentes concordam que *“Criar respostas sociais de apoio para estas situações que sejam percebidas como eficazes”* e *“Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças tenham o direito de ser respeitadas e valorizadas, mas também tenham o dever de respeitar e valorizar os adultos, nomeadamente os seus pais”* são condições de resolução da VFP. Atualmente, são visíveis várias campanhas de sensibilização contra outras formas de violência familiar (violência entre parceiros íntimos ou violência contra o idoso), mas não para a violência filio-parental, em particular. Em Portugal, desenvolveu-se um único projeto, o projeto *Daphne: Menores que agridem os pais*, no âmbito do qual foram realizadas diversas atividades de sensibilização da população e, principalmente, de formação dos pais e técnicos que trabalham com crianças e jovens (Alves, Froes, & Cravo, 2009).

Com a aplicação da escala de desejabilidade social de Marlowe-Crowne, de forma a controlar o efeito da desejabilidade social nas respostas ao protocolo, e considerando os valores de correlação com os 2 instrumentos sobre VFP, pode-se assumir que os adolescentes não responderam ao protocolo de acordo com o que consideram socialmente desejável, ou seja,

terão sido honestos nas suas respostas.

Recorrendo ao teste *t de student* para amostras independentes verificaram-se diferenças significativas em função do sexo dos adolescentes na resposta ao QRVFP-HIS, tendo os rapazes pontuado resultados superiores em relação às raparigas nas três histórias. Ou seja, estes resultados indicam que os rapazes tendem a legitimar mais a violência nas histórias do que as raparigas. Segundo um estudo realizado por Machado (2010), acerca das crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal, foi, também, possível constatar que os rapazes apresentam mais ideias distorcidas relativamente ao fenómeno da violência interpessoal, no sentido de maior aceitação e tolerância (Machado, 2010).

Ao avaliar-se a relação negativa e fraca entre a idade dos respondentes e as respostas dadas ao QRVFP-HIS, esta parece indicar que não existe uma associação entre idade e a legitimação e tolerância dos adolescentes à VFP.

Através do cálculo do coeficiente de *Spearman* procurou-se avaliar a intensidade da relação entre a variável escolaridade com as respostas ao QRVFP-HIS. Registaram-se correlações negativas e baixas entre a escolaridade e os totais obtidos nas 3 histórias. No geral, os resultados indicaram que um maior grau de escolaridade estará associado a uma menor legitimação da violência, mas a expressão da relação entre ambas é baixa.

Para analisar as diferenças em função do sexo na resposta ao QVFP-FMR recorreu-se ao teste não paramétrico *U de Mann-Whitney* para amostras independentes. Verificou-se que a média de respostas das adolescentes é significativamente mais elevada no item 1 “*Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar*” e 12 “*Sentimentos de culpa dos pais/mães por terem pouco tempo para estar com os filhos*” dos fatores facilitadores e no item 13 “*Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência.*” dos fatores de manutenção da VFP. Assim, os resultados indicam que as adolescentes identificam condições de risco de VFP associadas à história de violência familiar, a características dos pais e a características dos filhos.

VI - Conclusões

A presente investigação teve como objetivo principal a validação de duas escalas de avaliação das representações sociais sobre a violência filio-parental (QRVFP-HIS e QVFP – FMR), de modo a poder-se identificar as narrativas dominantes sobre este fenómeno numa amostra de adolescentes da população geral.

A violência filio-parental é um fenómeno complexo, multidimensional e, tal como outras formas de violência familiar, é transversal a todo o ciclo vital (Redondo et al, 2012). É uma problemática que carece de investigação em Portugal, mas que atualmente tem despertado interesse pelo aumento dos pedidos de ajuda (Estatísticas APAV, 2012) e pela mudança dos valores e normas sociais que legitimam a violência nas relações sociais (Machado, 2010). As representações que cada indivíduo constrói para compreender e

gerir as suas interações sociais são um importante objeto de estudo por permitirem identificar e apreender o grau de legitimação atribuído a esta forma particular de violência familiar (Estévez & Góngora, 2009; Moscovici, 2003; Porto, 2006).

Os resultados do presente estudo indicam para o QRVFP-HIS total uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2008). No entanto, procedendo à análise das respostas para cada história em particular, observa-se uma consistência interna apenas razoável, que implica uma posterior revisão da escala. No QVFP-FMR a consistência interna dos fatores facilitadores da VFP é satisfatório, mas nos restantes fatores, de manutenção e de resolução, registou-se uma boa consistência interna.

Ao nível das diferenças individuais, os dados obtidos apontam para diferenças em função do sexo no grau de legitimação da violência nas duas escalas. Em relação à escolaridade e à idade, as correlações obtidas com as respostas ao QRVFP-HIS são baixas, indicando que não há uma associação forte destas com a legitimação da violência.

Como potencialidades da investigação destaca-se a sua contribuição para a informação e consciencialização da problemática em estudo, ao permitir a identificação das representações sociais e crenças dominantes que dificultam o seu reconhecimento, compreensão e resolução, e pelo facto de ainda ser uma problemática pouco compreendida e estudada pela comunidade científica em Portugal. Para além disso, possibilitará uma melhor intervenção com famílias sinalizadas com o problema e na formação dos profissionais que lidam com estas problemáticas (Alves, Froes, & Cravo, 2009; Cottrell & Monk, 2004; Patuleia & Alberto, 2014).

No entanto, são observáveis algumas limitações. No questionário de representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) foram detetados alguns itens pouco correlacionados com a escala total, pelo que tal situação pode levantar a necessidade de proceder à reformulação dos mesmos. Para além disso, foi referido por vários participantes, aquando do seu preenchimento, que se tratava de um instrumento longo e exigente no que respeita à atenção, pela apresentação de três histórias e respetivas afirmações. Outra limitação apontada pelos respondentes é a existência de apenas quatro opções de resposta aos itens, considerando que seria importante incluir uma opção intermédia (por exemplo: “não concordo, nem discordo”), pela ambiguidade sentida em alguns itens e que dificultavam a sua decisão por determinada resposta.

Assim, tornam-se necessários novos estudos, nomeadamente ao nível da estrutura da escala e da propriedade dos itens e no sentido de clarificar a natureza e o papel dos questionários de VFP, enquanto área que carece de clarificação e porque, como acontece com outras formas de violência familiar, é provável que a violência filio-parental seja mais difundida do que aquilo que a literatura e os estudos disponíveis sugerem (Patuleia & Alberto, 2014).

Bibliografia

- Agnew, R., & Huguley, S. (1989). Adolescent violence toward parents. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 699-711.
- Agustina, J. R., & Romero, F. (2013). Análisis criminológico de la violencia filio-parental. *Revista de derecho Penal y Criminología*, 9, 225-266
- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. 3ª edição. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, S. F. C., Santos, M. C. A. B., & Rossi, T. M. F. (2006). Representações Sociais de Professores do Ensino Fundamental sobre Violência Intrafamiliar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (3), 277-286.
- Alves, C., Froes, M., & Cravo, S. (2009). *Projecto Daphne - Menores que Agridem os Pais II*. Retirado de http://www.alteaeuropa.org/documentos/Informe_final_Portugal_portugues.pdf
- APAV (2012). *Estatísticas APAV. Violência Doméstica: Filhos que agridem os pais [2004-2011]*. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Filhos_que_agridem_os_pais_2004-2011
- Bertino, L., & Pereira, R. (2010). Cuando los adolescentes toman el poder. Un caso de violencia filio-parental. *Sistemas familiares*, 26 (1), 95-116.
- Bobic, N. (2004). *Adolescent aggression towards parents*. Australian Domestic and Family Violence Clearinghouse. Retirado em Janeiro de 2015 de http://www.adfvc.unsw.edu.au/pdf%20files/adolescent_violence.pdf
- Bonfim, Z. A. C. & Almeida, S. F. C. de (1992). Representação social: conceituação, dimensão e funções. *Revista de Psicologia*, 9 (1-2), 75-89.
- Boxer, P., Gullan, R. L., & Mahoney, A. (2009). Adolescents' Physical Aggression Toward Parents in a Clinic-Referred Sample. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 38, 106-116
- Calvete, E., Orue, I., & Sampedro, R. (2011). Violencia filio-parental en la adolescencia: Características ambientales y personales. *Infancia y Aprendizaje*, 34 (3), 349-363.

- Calvete, E., Gámez-Guadix, M., & Orue, I. (2014). Características familiares asociadas a violencia filio-parental en adolescentes. *Anales de Psicología*, 30 (3), 1176-1182.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas Educativas, Estilos Parentais e Abuso Físico no Contexto Familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, p. 45-54.
- Cottrell, B. (2001). *Parent abuse: The abuse of parents by their teenage children*. Ottawa, Canada: Health Canada, Family Violence Prevention Unit
- Cottrell, B., & Monk, P. (2004). Adolescent-to-Parent Abuse: A Qualitative Overview of Common Themes. *Journal of Family Issues*, 25 (8), 1072-1095.
- Cortés Arboleda, M. R. & Cantón Duarte, J. (2010). Familias monoparentales. En Arranz Freijo, E. y Oliva Delgado, A. (Eds.), *Desarrollo psicológico de las nuevas estructuras familiares*, (pp. 35-50). Madrid, Pirámide.
- Coogan, D. (2011). Child-to-parent Violence: Challenging Perspectives on Family Violence. *Child Care in Practice*, 17, 347-358
- Crichton-Hill, Y., Evans, N., & Meadows, L. (2006). Research focus: Adolescent violence towards parents. *Te Awatea Review*, 4(2), 21-22.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Edenborough, M., Jackson, D., Mannix, J. y Wilkes, L. M. (2008). Living in the red zone: the experience of child-to-mother violence. *Child and Family Social Work*, 13, 465-473.
- Eckstein, N. J. (2004). Emergent issues in families experiencing adolescent-to-parent abuse. *Western Journal of Communication*, 68 (4), 365 -388.
- Batista, E. C., Oliveira, B. A., & Pires, S. L. (2011). A Influência da Família na Aquisição de Modelos Agressivos pelas Crianças. Acedido em Outubro, 2014, em <https://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-influencia-da-familia-na-aquisicao-de-modelos-agressivos-pelas-criancas>
- Estévez, E., & Góngora, J. (2009). Adolescent aggression towards parents: factors associated and intervention proposals. In. C. Quin and S.

Tawse (Eds), *Handbook of Aggressive Behavior Research* (pp 143-164). Hauppauge, NY: Nova Science Publishers

- Evans, E. D., & Warren- Sholberg, L. (1988). A pattern of analysis of adolescent abuse behavior towards parents. *Journal of Adolescent Research, 3*, 201-216.
- Galinkin, A. L., & Oliveira Almeida, A. M. (2012). Representações Sociais de Professores e Policiais sobre Juventude e Violência. *Paidéia (Ribeirão Preto), 22* (53), 365-374.
- Gámez-Guadix, M., Jaureguizar, J., Almendros, C., & Carrobles, J. A. (2012). Estilos de Socialización Familiar y Violencia de Hijos a Padres en Población Española. *Psicología Conductual, 20*, 585-602.
- Gámez-Guadix, M., & Calvete, E. (2012). Violencia filio-parental y su asociación con la exposición a la violencia marital y la agresión de padres a hijos. *Psicothema, 24* (2), 277-283.
- Garrido, V. (2011). *Los hijos tiranos. El síndrome del imperador*. (8ª edição). Barcelona: Ariel.
- Gómez, B. S. (2012). Violencia filio-parental: aproximación a un fenómeno emergente. *Revista de humanidades y ciencias sociales, n° 11*, 73-107.
- Guimarães, S. P. & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20* (2), 188-196.
- Harbin, H. T., & Madden, D. (1979). Battered parents: a new syndrome. *American Journal of Psychiatry, 136* (10), 1288-1291.
- Howard, K. A. S., Budge, S. L. & McKay, K. M. (2010). Youth exposed to violence: The role of protective factors. *Journal of Community Psychology, 38* (1), 63-79
- Ibabe, I., Arnoso, A., & Elgorriaga E. (2014). Behavioral problems and depressive symptomatology as predictors of child-to parent violence. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 6*, 53-61.
- Ibabe, I., & Jaureguizar J. (2010). Child-to-parent violence: Profile of abusive adolescents and their families. *Journal of Criminal Justice, 38*, 616 - 624.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Bentler P. M. (2013). Risk factors for child-to-parent violence. *International Research on aggression and violence*,

- Ibabe I., & Jaureguizar J. (2011). Hasta qué punto la violencia filio-parental es bidireccional? *Anales de psicología*, 27(2), 265-277.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Díaz Ó. (2009). Adolescent Violence Against Parents: Is it a consequence of gender inequality? *The European Journal of Psychology to Legal Context*, 1(1),3-24.
- Kennedy, T.D., Edmonds, W. A., Dann, K. T. J., & Burnett K. F. (2010). The Clinical and Adaptive Features of Young Offenders with Histories of Child-Parent Violence. *Journal Family Violence*,25, 509-520.
- Kennair, N., & Mellor, D. (2007). Parent abuse: A review. *Child Psychiatry and Human Development*, 38, 203-219.
- Kung, E.G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. World Heald Organization Geneva.
- Loo, R., & Loewen, P. (2004). Confirmatory factor analyses of scores from full and short versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Applied Social Psychology*, 34(11), 2343-2352.
- Loo, R., & Thorpe, K. (2000). Confirmatory factor analyses of the full and short versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *The Journal of Social Psychology*, 140(5), 628-635.
- Machado, L. M. G. S. (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Marlowe, D., & Crowne, D. P. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24, 349-354.
- Maroco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (6ª ed.). Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Martínez, S. L., Estévez, E., & Carballo J. L. (2013). Factores Individuales y Familiares de Riesgo en casos de Violencia Filioparental. *Documentos de trabajo social: Revista de trabajo y acción social*, 52, 239-254.
- Montolío, C. A., Leonhardt, P. C., & Robles, J. L. A. (2012). Características de las familias que sufren violencia filio-parental: un estudio de revisión. *Educatio Siglo XXI*, 30 (2), 231-254.

- Moreira, E. L. (2014). El contexto familiar como factor fundamental en la violencia filio-parental. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 5 (1). Lisboa.
- Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pagani, L., Tremblay, R. E., Nagin, D., Zoccolillo, M., Vitaro, F., & McDuff, P. (2009). Risk factor models for adolescent verbal and physical aggression toward fathers. *Journal Family Violence*, 24, 173-182.
- Patuleia, N., Alberto, I., & Pereira, R. (2013). (Des) Construindo a violência filio-parental – análise de um caso de intervenção terapêutica na violência filio-parental com adolescente em acolhimento institucional. *Revista Brasileira de Psicoterapia* 15, 72 - 92.
- Paulson, M., Coombs, R., & Cotton, S. (1990). Youth who physically assault their parents. *Journal of Family Violence*, 5, 1051-1060.
- Pereira, R. (2006). Violencia filio-parental, un fenómeno emergente. *Revista Mosaico*, 36, 7-8.
- Pereira, R., & Bertino, L. (2009). Uma compreensão ecológica da violência filio-parental. *Revista de psicoterapia relacional e intervenciones sociales*, 21, 69-90.
- Pereira, R. (2010). Violence Against Parents: Family dynamics and Keys for the Intervention. Escuela Vasco-Navarra de Terapia Familiar. *European Family Therapy Website*. Acedido Outubro 27, 2014, em <http://www.europeanfamilytherapy.eu/wpcontent/uploads/2012/10/periraviolence.ppt>.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (3rd ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (4ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Porto, M. S. G. (2006). Crenças, Valores e Representações Sociais da

Violência. *Sociologias*, 16, 250-273.

- Portugal, A. M., & Alberto, I. M. (2012). O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: desafios, especificidades e comunalidades. *Psychologica*, 52 (2), 387-400.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Manual Sarar: Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar - Uma Proposta de Manual para Profissionais de Saúde na Área da Violência familiar/entre parceiros íntimos*. Serviço de Violência Familiar – CHUC. Coimbra: Administração Regional de Saúde do Centro.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspetiva sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Routt, G., & Anderson, L. (2011). Adolescent Aggression: Adolescent Violence towards Parents. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 20, 1-19.
- Scagliusi, F. B., Cordás, T. A., Polacow, V. O., Coelho, D., Alvarenga, M., Philippi, S. T., & Lancha Jr., A. H. (2004). Tradução da escala de desejo de aceitação social de Marlowe & Crowne para a língua portuguesa. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 31(6), 272-278.
- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em centros educativos*. Tese de Mestrado Integrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Sprinthall, N. A. & Collins, A. W. (2008). *Psicologia do adolescente*. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stewart, M., Burns, A. & Leonard, R. (2007). Dark Side of the Mothering Role: Abuse of Mothers by Adolescent and Adult Children. *Sex Roles*, 56, 183-191
- Widom C. S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244, 160-166.

Anexos

Anexo A – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: História 1

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens da história 1 do QRVFP-HIS

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QRVFP-HIS11	2,06	.816
QRVFP-HIS12	2,06	.693
QRVFP-HIS13	1,68	.751
QRVFP-HIS14	2,54	.762
QRVFP-HIS15	2,99	.737
QRVFP-HIS16	1,49	.641
QRVFP-HIS17	1,72	.750
QRVFP-HIS18	1,52	.709
QRVFP-HIS19	2,28	.815
QRVFP-HIS110	1,48	.619

Tabela 2. Consistência interna da história 1 do QRVFP-HIS (análise dos itens)

Itens	<i>r_b</i>	<i>α_a</i>
QRVFPHIS11	.288	.722
QRVFPHIS12	.342	.711
QRVFPHIS13	.555	.676
QRVFPHIS14	.336	.713
QRVFPHIS15	.099	.748
QRVFPHIS16	.522	.686
QRVFPHIS17	.546	.677
QRVFPHIS18	.385	.704
QRVFPHIS19	.561	.673
QRVFPHIS110	.254	.723

Nota: a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Anexo B – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: *História 2*

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens da história 2 do QRVFP-HIS

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QRVFP-HIS21	2,13	.674
QRVFP-HIS22	2,20	.800
QRVFP-HIS23	2,24	.772
QRVFP-HIS24	1,54	.699
QRVFP-HIS26	2,31	.739
QRVFP-HIS28	1,56	.678
QRVFP-HIS29	1,86	.758
QRVFP-HIS210	2,05	.770

Tabela 2. Consistência interna da história 2 do QRVFP-HIS (análise dos 8 itens)

Itens	r_b	α_a
QRVFPHIS21	.510	.641
QRVFPHIS22	.305	.686
QRVFPHIS23	.484	.642
QRVFPHIS24	.359	.672
QRVFPHIS26	.352	.674
QRVFPHIS28	.501	.642
QRVFPHIS29	.353	.674
QRVFPHIS210	.257	.696

Anexo C – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QRVFP-HIS: História 3

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens da história 3 do QRVFP-HIS

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QRVFP-HIS31	2,34	.738
QRVFP-HIS32	2,43	.786
QRVFP-HIS33	2,36	.704
QRVFP-HIS34	2,38	.735
QRVFP-HIS35	3,09	.650
QRVFP-HIS36	3,09	.703
QRVFP-HIS37	1,97	.690
QRVFP-HIS38	1,99	.681
QRVFP-HIS39	2,13	.832
QRVFP-HIS310	1,86	.691

Tabela 2. Consistência interna da história 3 do QRVFP-HIS (análise dos itens)

Itens	r_b	α_a
QRVFPHIS31	.475	.695
QRVFPHIS32	.477	.694
QRVFPHIS33	.533	.687
QRVFPHIS34	.489	.693
QRVFPHIS35	-.024	.764
QRVFPHIS36	.122	.748
QRVFPHIS37	.413	.706
QRVFPHIS38	.510	.691
QRVFPHIS39	.581	.674
QRVFPHIS310	.325	.719

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Anexo D – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP-FMR: Fatores facilitadores

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens dos fatores facilitadores

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QVFP-FMR11	3,05	.626
QVFP-FMR12	3,00	.680
QVFP-FMR13	3,12	2.561
QVFP-FMR14	3,04	.605
QVFP-FMR15	2,66	.705
QVFP-FMR16	2,78	.668
QVFP-FMR17	2,90	.636
QVFP-FMR18	3,28	.688
QVFP-FMR19	2,76	.753
QVFP-FMR110	1,98	.804
QVFP-FMR111	2,92	.837
QVFP-FMR112	2,74	.757
QVFP-FMR113	3,00	.700
QVFP-FMR114	2,72	.736
QVFP-FMR115	3,10	.806
QVFP-FMR116	2,99	.747
QVFP-FMR117	2,82	.618
QVFP-FMR118	2,68	.818
QVFP-FMR119	2,95	.683

Tabela 2. Consistência interna dos fatores facilitadores (análise dos itens)

Itens	<i>r_b</i>	<i>α_a</i>
QVFP-FMR11	.265	.667
QVFP-FMR12	.272	.666
QVFP-FMR13	.135	.767
QVFP-FMR14	.313	.664
QVFP-FMR15	.326	.661

QVFP-FMR16	.245	.668
QVFP-FMR17	.354	.660
QVFP-FMR18	.306	.663
QVFP-FMR19	.213	.671
QVFP-FMR110	.319	.661
QVFP-FMR111	.211	.671
QVFP-FMR112	.298	.663
QVFP-FMR113	.352	.659
QVFP-FMR114	.331	.660
QVFP-FMR115	.365	.656
QVFP-FMR116	.377	.656
QVFP-FMR117	.451	.653
QVFP-FMR118	.392	.653
QVFP-FMR119	.430	.653

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Tabela 3. Estatísticas descritivas dos fatores facilitadores

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	N
1. Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar.	n= 5 (3,3%)	n= 11 (7,3%)	n= 107 (70,9%)	n= 28 (18,5%)	151
2. Pais que são muito permissivos e fazem tudo para agradar aos filhos.	n= 3 (2,0%)	n= 26 (17,1%)	n= 92 (60,5%)	n= 31 (20,4%)	152
3. Pais muito autoritários e rígidos que não deixam espaço aos filhos e os tornam revoltados.	n= 1 (0,7%)	n= 37 (24,3%)	n= 86 (56,6%)	n= 27 (17,8%)	152
4. Pais que não conseguem estabelecer e exigir rotinas e regras bem claras na organização familiar.	n= 1 (0,7%)	n= 22 (14,7%)	n= 98 (65,3%)	n= 29 (19,3%)	152
5. Isolamento social das famílias, sem rede social de suporte e envolvimento na comunidade.	n= 6 (3,9%)	n= 53 (34,9%)	n= 78 (51,3%)	n= 15 (9,9%)	152

6.	Situações de stresse e dificuldades económicas das famílias.	n= 3 (2,0%)	n= 46 (30,3%)	n= 85 (55,9%)	n= 18 (11,8%)	152
7.	Atual permissividade social relativamente ao que as crianças e adolescentes podem fazer.	n= 0	n= 40 (26,3%)	n= 89 (58,6%)	n= 23 (15,1%)	152
8.	Consumos de álcool ou drogas por parte dos filhos.	n= 5 (3,3%)	n= 6 (3,9%)	n= 85 (55,9%)	n= 56 (36,8%)	152
9.	Diferentes formas de famílias, em que há mães, pais, madrastas, padrastos, tornando-se difícil para os filhos saber quem tem autoridade sobre eles.	n= 7 (4,6%)	n= 43 (28,5%)	n= 80 (53%)	n= 21 (13,9%)	151
10.	Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais.	n= 44 (28,9%)	n= 74 (48,7%)	n= 28 (18,4%)	n= 6 (3,9%)	152
11.	Os filhos perceberem que têm poder e controlo sobre os pais.	n= 12 (7,9%)	n= 24 (15,8%)	n= 82 (53,9%)	n= 34 (22,4%)	152
12.	Sentimentos de culpa dos pais/mães por terem pouco tempo para estar com os filhos.	n= 9 (5,9%)	n= 40 (26,3%)	n= 84 (55,3%)	n= 19 (12,5%)	152
13.	Inconsistência entre pai e mãe em matéria de disciplina e supervisão: um tem uma atitude e exigência para com o filho e o outro faz exatamente o contrário.	n= 5 (3,3%)	n= 22 (14,5%)	n= 94 (61,8%)	n= 31 (20,4%)	152
14.	Baixa autoestima por parte dos pais.	n= 7 (4,6%)	n= 45 (29,8%)	n= 80 (53%)	n= 19 (12,6%)	151
15.	Aceitar-se como normal as birras e o "mau feitio" das crianças, sem se travar logo quando estes comportamentos aparecem na infância.	n= 8 (5,3%)	n= 17 (11,2%)	n= 79 (52%)	n= 48 (31,6%)	152

16. Os pais não controlam o mau comportamento dos filhos com medo de que estes deixem de gostar deles.	n= 6 (3,9%)	n= 25 (16,4%)	n= 87 (57,2%)	n= 34 (22,4%)	152
17. Existe confusão sobre a maneira correta de educar que resulta da má interpretação da "educação democrática".	n= 1 (0,7%)	n= 42 (27,6%)	n= 93 (61,2%)	n= 16 (10,5%)	152
18. Há pais que são emocionalmente muito dependentes dos filhos, levando a um relacionamento entre pais e filhos tão próximo que se esquecem dos papéis, direitos e deveres diferentes que pais e filhos têm na família.	n= 10 (6,6%)	n= 52 (34,4%)	n= 65 (43%)	n= 24 (15,9%)	151
19. Busca de satisfação imediata dos pais, pois "educar" os filhos implica estabelecer limites, e essa é uma tarefa por vezes difícil e desagradável.	n= 4 (2,6%)	n= 26 (17,2%)	n= 94 (62,3%)	n= 27 (17,9%)	151

Anexo E – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP-FMR: *Fatores de Manutenção*

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens dos fatores de Manutenção

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QVFP-FMR2 1	3,35	.569
QVFP-FMR2 2	3,28	.646
QVFP-FMR23	3,13	.629
QVFP-FMR2 4	2,66	.794
QVFP-FMR2 5	3,28	.646
QVFP-FMR2 6	3,11	.638
QVFP-FMR2 7	3,13	.611
QVFP-FMR2 8	2,81	.786
QVFP-FMR2 9	3,05	.681
QVFP-FMR2 10	2,74	.701
QVFP-FMR2 11	2,64	.782
QVFP-FMR2 12	2,85	.695
QVFP-FMR2 13	3,05	.655
QVFP-FMR2 14	2,80	.735
QVFP-FMR2 15	2,88	.770
QVFP-FMR2 16	2,83	.748
QVFP-FMR2 17	2,73	.732
QVFP-FMR2 18	2,42	.709
QVFP-FMR2 19	3,07	.644

Tabela 2. Consistência interna dos fatores de Manutenção (análise dos itens)

Itens	r_b	α_a
QVFP-FMR2 1	.321	.834
QVFP-FMR2 2	.483	.827
QVFP-FMR2 3	.481	.828
QVFP-FMR2 4	.344	.834
QVFP-FMR2 5	.437	.829
QVFP-FMR2 6	.488	.827
QVFP-FMR2 7	.497	.827
QVFP-FMR2 8	.421	.830
QVFP-FMR2 9	.524	.825

QVFP-FMR2 10	.382	.832
QVFP-FMR2 11	.506	.826
QVFP-FMR2 12	.477	.827
QVFP-FMR2 13	.355	.833
QVFP-FMR2 14	.482	.827
QVFP-FMR2 15	.298	.837
QVFP-FMR2 16	.503	.826
QVFP-FMR2 17	.333	.834
QVFP-FMR2 18	.313	.835
QVFP-FMR2 19	.416	.830

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Tabela 3. Estatísticas descritivas dos fatores de manutenção

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	N
1. Não se reconhecer os comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave	n= 0	n= 8 (5,3%)	n= 84 (55,3%)	n= 60 (39,5%)	152
2. Os pais terem vergonha em relação à situação e por isso manterem-na em segredo.	n= 1 (0,7%)	n= 14 (9,2%)	n= 79 (52%)	n= 58 (38,2%)	152
3. Os pais sentirem-se incompetentes por não conseguirem resolver a situação.	n= 1 (0,7%)	n= 19 (12,5%)	n= 92 (60,5%)	n=40 (26,3%)	152
4. Ausência de respostas/serviços que possam dar resposta aos pedidos de ajuda.	n= 10 (6,6%)	n= 51 (33,8%)	n= 70 (46,4%)	n= 20 (13,2%)	151
5. Os filhos perceberem o domínio que têm sobre os pais e aumentarem as ameaças e agressões para manterem esse poder e conseguirem o que querem.	n= 2 (1,3%)	n= 13 (8,6%)	n= 79 (52%)	n=58 (38,2%)	152
6. Desvalorização da situação por parte dos pais.	n= 1 (0,7%)	n= 21 (13,8%)	n= 91 (59,9%)	n= 39 (25,7%)	152
7. Os pais não denunciarem a situação por medo do que possa acontecer aos filhos, por exemplo, serem institucionalizados.	n= 1 (0,7%)	n= 16 (10,5%)	n= 95 (62,5%)	n= 40 (26,3%)	152

8.	A comunidade ainda não reconhecer e não valorizar este tipo de violência.	n= 8 (5,3%)	n= 40 (26,3%)	n= 78 (51,3%)	n= 26 (17,1%)	152
9.	Falta de conhecimentos dos pais sobre como e a quem pedir ajuda.	n= 2 (1,3%)	n= 25 (16,4%)	n= 88 (57,9%)	n= 37 (24,3%)	152
10.	Falta de confiança na eficácia dos serviços sociais.	n= 5 (3,3%)	n= 47 (30,9%)	n= 83 (54,6%)	n= 17 (11,2%)	152
11.	Medo, por parte dos pais, de que os profissionais e comunidade não acreditem neles e desvalorizem a sua situação.	n= 10 (6,6%)	n= 53 (35,1%)	n= 70 (46,4%)	n= 18 (11,9%)	151
12.	Desconhecimento dos pais, enquanto vítimas de violência por parte dos filhos, relativamente aos seus direitos.	n= 4 (2,6%)	n= 37 (24,5%)	n= 87 (57,6%)	n= 23 (15,2%)	151
13.	Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência.	n= 1 (0,7%)	n= 27 (17,8%)	n= 89 (58,6%)	n= 35 (23,0%)	152
14.	Falta de confiança na eficácia da justiça.	n= 5 (3,3%)	n= 43 (28,3%)	n= 81 (53,3%)	n= 23 (15,1%)	152
15.	Medo por parte dos pais de que a restante família os culpe e rejeite por terem feito denúncia.	n= 8 (5,3%)	n= 31 (20,4%)	n= 84 (55,3%)	n= 29 (19,1%)	152
16.	Doença mental e/ou física do pai/mãe vítima da violência por parte do filho.	n= 5 (3,3%)	n= 43 (28,3%)	n= 78 (51,3%)	n= 26 (17,1%)	152
17.	Os pais implicam com os filhos ou falam com eles de forma agressiva, originando os comportamentos violentos nos filhos.	n= 7 (4,6%)	n= 44 (28,9%)	n= 83 (54,6%)	n= 18 (11,8%)	152
18.	Falta de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental.	n= 13 (8,6%)	n= 67 (44,1%)	n= 66 (43,4%)	n= 6 (3,9%)	152
19.	Os pais ficam submissos aos comportamentos agressivos dos filhos como forma de acalmarem a situação.	n= 3 (2,0%)	n= 18 (11,8%)	n= 97 (63,8%)	n= 34 (22,4%)	152

Anexo F – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens do QVFP-FMR: *Fatores de Resolução*

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens dos fatores de Resolução

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
QVFP-FMR3 1	3,26	.585
QVFP-FMR3 2	3,29	.609
QVFP-FMR3 3	3,30	.602
QVFP-FMR3 4	3,01	.675
QVFP-FMR3 5	3,33	.621
QVFP-FMR3 6	3,39	.644
QVFP-FMR3 7	3,16	.625
QVFP-FMR3 8	3,16	.660
QVFP-FMR3 9	3,04	.659
QVFP-FMR3 10	2,75	.746
QVFP-FMR3 11	3,32	.630
QVFP-FMR3 12	3,06	.597
QVFP-FMR3 13	3,18	.667
QVFP-FMR3 14	3,03	.617
QVFP-FMR3 15	3,18	.719
QVFP-FMR3 16	3,21	.598
QVFP-FMR3 17	3,20	.547
QVFP-FMR3 18	3,16	.496
QVFP-FMR3 19	3,23	.720

Tabela 2. Consistência interna dos fatores de resolução (análise dos itens)

Itens	<i>r_b</i>	<i>α_a</i>
QVFP-FMR3 1	.629	.912
QVFP-FMR3 2	.597	.913
QVFP-FMR3 3	.611	.912
QVFP-FMR3 4	.517	.915
QVFP-FMR3 5	.655	.911
QVFP-FMR3 6	.647	.911
QVFP-FMR3 7	.687	.911
QVFP-FMR3 8	.632	.912
QVFP-FMR3 9	.487	.915

QVFP-FMR3 10	.376	.919
QVFP-FMR3 11	.598	.913
QVFP-FMR3 12	.595	.913
QVFP-FMR3 13	.590	.913
QVFP-FMR3 14	.568	.913
QVFP-FMR3 15	.486	.916
QVFP-FMR3 16	.585	.913
QVFP-FMR3 17	.662	.912
QVFP-FMR3 18	.584	.913
QVFP-FMR319	.638	.912

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Tabela 3. Estatísticas descritivas dos fatores de resolução

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	N
1. Consciencializar e sensibilizar a comunidade para a existência de violência filiofamiliar e para a sua gravidade e imoralidade.	n= 0	n= 13 (8,6%)	n= 89 (58,6%)	n= 50 (32,9%)	152
2. Maior divulgação sobre esta problemática para que os pais vítimas de violência filiofamiliar não se considerem caso único e procurem ajuda.	n= 1 (0,7%)	n= 9 (5,9%)	n= 86 (56,6%)	n= 56 (36,8%)	152
3. Dar formação aos profissionais da educação, saúde, serviço social, justiça e forças policiais para identificarem as situações de violência filiofamiliar e saberem orientar para as entidades competentes na temática.	n= 1 (0,7%)	n= 8 (5,4%)	n= 85 (57,0%)	n= 55 (36,9%)	149
4. Reduzir o stress a que as pessoas estão cada vez mais expostas.	n= 1 (0,7%)	n= 32 (21,1%)	n= 86 (56,6%)	n= 33 (21,7%)	152

5.	Criar programas de apoio aos pais, com o objetivo de desenvolver competências e estratégias para lidar com as situações de violência por parte dos filhos.	n= 1 (0,7%)	n= 10 (6,6%)	n= 80 (52,6%)	n= 61 (40,1%)	152
6.	Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças têm o direito de ser respeitadas e valorizadas, mas também têm o dever de respeitar e valorizar os adultos, nomeadamente os seus pais.	n= 2 (1,3%)	n= 8 (5,3%)	n= 71 (46,7%)	n= 71 (46,7%)	152
7.	Proporcionar uma intervenção social e terapêutica especializada em violência filio-parental com filhos e pais.	n= 1 (0,7%)	n= 17 (11,3%)	n= 91 (60,7%)	n= 41 (27,3%)	150
8.	Estimular a denúncia das situações de violência filio-parental.	n= 2 (1,3%)	n= 16 (10,6%)	n= 88 (58,3%)	n= 45 (29,8%)	151
9.	Restabelecer, ao nível das referências culturais, uma hierarquia que defina a autoridade dos pais na definição das regras, limites, dos comportamentos aceitáveis, da supervisão, articulando esta função "educativa" com o papel de suporte e afeto positivo.	n= 1 (0,7%)	n= 26 (17,2%)	n= 90 (59,6%)	n= 34 (22,5%)	151
10.	Melhorar as condições socioeconómicas das famílias.	n= 3 (2,0%)	n= 57 (37,5%)	n= 68 (44,7%)	n= 24 (15,8%)	152
11.	Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças não ficam traumatizadas quando contrariadas e que desde pequeninos	n= 1 (0,7%)	n= 11 (7,2%)	n= 78 (51,3%)	n= 62 (40,8%)	152

	os filhos devem saber que há limites e regras fundamentais					
12.	Ter estratégias concertadas de intervenção entre os serviços de intervenção social, clínica e os tribunais.	n= 0	n= 23 (15,1%)	n= 98 (64,5%)	n= 31 (20,4%)	152
13.	Tratar psiquiatricamente os filhos agressores.	n= 2 (1,3%)	n= 17 (11,2%)	n= 87 (57,2%)	n= 46 (30,3%)	152
14.	Dar um enquadramento legal específico para as situações de VFP.	n= 2 (1,3%)	n= 20 (13,2%)	n= 100 (66,2%)	n= 29 (19,2%)	151
15.	Quando necessário, proteger os pais, institucionalizando os filhos agressores.	n= 2 (1,3%)	n= 21 (13,8%)	n= 76 (50,0%)	n= 53 (34,9%)	152
16.	Tornar os procedimentos e as respostas de apoio em situações de violência filio-parental mais rápidos e menos dolorosos para filhos/agressores e pais/vítimas.	n= 1 (0,7%)	n= 12 (7,9%)	n= 95 (62,5%)	n= 44 (28,9%)	152
17.	A justiça adotar respostas rápidas e articuladas com a intervenção social e clínica.	n=0	n= 10 (6,6%)	n= 101 (66,9%)	n= 40 (26,5%)	151
18.	Criar respostas sociais de apoio para estas situações que sejam percebidas como eficazes.	n= 0	n= 9 (5,9%)	n= 110 (72,4%)	n= 33 (21,7%)	152
19.	Trabalhar logo na escola a sensibilização para a não tolerância da violência de filhos, mesmo crianças, contra os seus pais.	n= 4 (2,6%)	n= 14 (9,3%)	n= 78 (51,7%)	n= 55 (36,4%)	151

Anexo G – Características psicométricas e Estatísticas descritivas dos itens da MCSDS

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos itens da MCSDS

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>
1	.78	.412
2	.76	.426
3	.35	.480
4	.26	.438
5	.24	.430
6	.19	.397
7	.81	.397
8	.75	.435
9	.72	.449
10	.40	.491
11	.51	.502
12	.55	.499
13	.63	.486
14	.67	.471
15	.73	.446
16	.65	.478
17	.72	.449
18	.43	.497
19	.59	.493
20	.79	.408
21	.37	.484
22	.33	.473
23	.24	.430
24	.93	.255
25	.89	.315
26	.63	.484
27	.35	.478
28	.47	.501
29	.42	.496
30	.71	.456
31	.42	.495
32	.61	.489
33	.57	.497

Tabela 2. Consistência interna da MCSDS (análise dos itens)

Itens	r_b	α_a
1	.185	.756
2	.293	.751
3	.240	.753
4	.162	.757
5	.185	.756
6	.223	.754
7	.059	.761
8	.337	.748
9	.385	.746
10	.222	.754
11	.380	.745
12	.395	.745
13	.350	.747
14	.163	.757
15	.412	.744
16	.428	.743
17	.233	.753
18	.064	.763
19	.274	.751
20	.265	.752
21	.282	.751
22	.419	.744
23	.346	.748
24	.177	.756
25	.028	.761
26	.311	.749
27	.115	.760
28	.310	.749
29	.268	.752
30	.217	.754
31	.139	.759
32	.162	.757
33	.343	.747

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/total

Anexo H – Resultados dos testes *t de student*, *pearson*, *spearman's* e *Mann Whitney* na resposta ao QRVFP-HIS e ao QVFP-FMR em função do sexo, idade e nível de escolaridade

Tabela 1. Resultados do teste *t* para as Histórias e total do QRVFP-HIS em função do Sexo

		M (DP)	<i>t</i>	df	<i>p</i>
Totalhistória 1	Feminino	18,74 (3,726)	- 3,534	148,864	.001
	Masculino	20,92 (3,856)			
Totalhistória 2	Feminino	15,21 (2,951)	- 2,630	141,720	.009
	Masculino	16,61 (3,576)			
Totalhistória 3	Feminino	22,92 (3,894)	- 2,308	149,865	.022
	Masculino	24,36 (3,805)			
TotalHistórias	Feminino	56,87 (8,597)	- 3,434	147,114	.001
	Masculino	61,89 (9,383)			

Tabela 2. Resultados do teste de *Pearson* para as Histórias e total do QRVFP-HIS em função da idade e deseabilidade social

		Idade	Total desejabilidade	Total história 1	Total história 2	Total história 3	Total histórias
Idade	Pearson	1	-.087	-.193	-.147	-.081	-.168
	<i>p</i> (sig.)		.299	.017	.070	.323	.038
	N	152	144	152	152	152	152
Total desejabilidade	Pearson	-.087	1	.057	.037	.027	.049
	<i>p</i> (sig.)	.299		.498	.659	.744	.561
	N	144	144	144	144	144	144
Total história 1	Pearson	-.193	.057	1	.668**	.441**	.847**
	<i>p</i> (sig.)	.017	.498		.000	.000	.000
	N	152	144	152	152	152	152
Total história 2	Pearson	-.147	.037	.668**	1	.526**	.861**
	<i>p</i> (sig.)	.070	.659	.000		.000	.000
	N	152	144	152	152	152	152
Total história 3	Pearson	-.081	.027	.441**	.526**	1	.795**
	<i>p</i> (sig.)	.323	.744	.000	.000		.000
	N	152	144	152	152	152	152
Total histórias	Pearson	-.168	.049	.847**	.861**	.795**	1
	<i>p</i> (sig.)	.038	.561	.000	.000	.000	
	N	152	144	152	152	152	152

*correlação é significativa ao nível 0,05 **correlação é significativa ao nível 0.01

Tabela 3. Resultados do teste de Spearman's para as Histórias e total do QRVFP-HIS em função da escolaridade

		Total história 1	Total história 2	Total história 3	Total histórias	Escolaridade
Total história 1	Spearman's rho	1,000	-.614**	.459**	.825**	-.281**
	p (sig.)		.000	.000	.000	.001
	N	152	152	152	152	152
Total história 2	Spearman's rho	-.614**	1,000	.535**	.830**	-.242**
	p (sig.)	.000		.000	.000	.003
	N	152	152	152	152	147
Total história 3	Spearman's rho	.459**	.535**	1,000	.806**	-.073
	p (sig.)	.000	.000		.000	.380
	N	152	152	152	152	147
Total histórias	Spearman's rho	.825**	.830**	.806**	1,000	-.217**
	p (sig.)	.000	.000	.000		.008
	N	152	152	152	152	147
Escolaridade	Spearman's rho	-.281**	-.242**	-.073	-.217**	1
	p (sig.)	.001	.003	.380	.008	
	N	152	147	147	147	147

**correlação é significativa ao nível 0.01

Tabela 4. Resultados do teste de Mann-Whitney e Wilcoxon para o QVFP-FMR: fatores facilitadores em função do sexo

		M	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	p
QVFP-FMR11	Feminino	83,27	2289,000	5064,000	.009
	Masculino	68,43			
QVFP-FMR12	Feminino	78,88	2700,000	5475,000	.433
	Masculino	73,99			
QVFP-FMR13	Feminino	76,66	2873,500	5648,500	.959
	Masculino	76,33			
QVFP-FMR14	Feminino	73,92	2691,500	5691,500	.586
	Masculino	77,17			
QVFP-FMR15	Feminino	75,26	2789,500	5870,500	.695
	Masculino	77,80			
QVFP-FMR16	Feminino	76,63	2875,500	5650,500	.965
	Masculino	76,36			
QVFP-FMR17	Feminino	77,79	2785,000	5560,000	.673
	Masculino	75,14			
QVFP-FMR18	Feminino	77,17	2834,000	5609,000	.828
	Masculino	75,80			

QVFP-FMR19	Feminino	74,71	2749,500	5752,500	.684
	Masculino	77,34			
QVFP-FMR110	Feminino	73,14	2624,000	5705,000	.296
	Masculino	80,04			
QVFP-FMR111	Feminino	79,54	2649,000	5424,000	.337
	Masculino	73,30			
QVFP-FMR112	Feminino	85,94	2149,500	4924,500	.003
	Masculino	66,55			
QVFP-FMR113	Feminino	75,76	2828,500	5909,500	.807
	Masculino	77,28			
QVFP-FMR114	Feminino	77,35	2742,000	5443,000	.666
	Masculino	74,56			
QVFP-FMR115	Feminino	80,31	2589,000	5364,000	.229
	Masculino	72,49			
QVFP-FMR116	Feminino	77,40	2816,000	5591,000	.773
	Masculino	75,55			
QVFP-FMR117	Feminino	76,61	2877,500	5652,500	.971
	Masculino	76,39			
QVFP-FMR118	Feminino	76,72	2793,500	5568,500	.825
	Masculino	75,25			
QVFP-FMR119	Feminino	74,71	2746,500	5827,500	.665
	Masculino	77,38			

Tabela 5. Resultados do teste de *Mann Whitney* e *Wilcoxon* para o QVFP-FMR: fatores de manutenção em função do sexo

		<i>M</i>	<i>Mann-Whitney</i> <i>U</i>	<i>Wilcoxon</i> <i>W</i>	<i>p</i>
QVFP-FMR21	Feminino	77,60	2800,000	5575,000	.718
	Masculino	75,34			
QVFP-FMR22	Feminino	77,77	2787,000	5562,000	.684
	Masculino	75,16			
QVFP-FMR23	Feminino	78,13	2758,500	5533,500	.589
	Masculino	74,78			
QVFP-FMR24	Feminino	75,12	2778,000	5859,000	.782
	Masculino	76,95			
QVFP-FMR25	Feminino	74,87	2759,000	5840,000	.601
	Masculino	78,22			

QVFP-FMR26	Feminino	78,92	2697,000	5472,000	.796
	Masculino	73,95			
QVFP-FMR27	Feminino	78,90	2698,500	5473,500	.421
	Masculino	73,97			
QVFP-FMR28	Feminino	77,63	2798,000	5573,000	.724
	Masculino	75,31			
QVFP-FMR29	Feminino	77,21	2830,500	5605,500	.818
	Masculino	75,75			
QVFP-FMR210	Feminino	77,88	2778,000	5553,000	.657
	Masculino	75,04			
QVFP-FMR211	Feminino	79,46	2577,500	5278,500	.278
	Masculino	72,31			
QVFP-FMR212	Feminino	77,20	2756,500	5531,500	.699
	Masculino	74,75			
QVFP-FMR213	Feminino	83,00	2379,000	5154,000	.035
	Masculino	69,65			
QVFP-FMR214	Feminino	79,69	2637,000	5412,000	.312
	Masculino	73,14			
QVFP-FMR215	Feminino	80,06	2608,500	5383,500	.257
	Masculino	72,75			
QVFP-FMR216	Feminino	78,99	2691,500	5466,500	.433
	Masculino	73,87			
QVFP-FMR217	Feminino	74,56	2735,000	5816,000	.537
	Masculino	78,54			
QVFP-FMR218	Feminino	79,07	2685,500	5460,500	.418
	Masculino	73,79			
QVFP-FMR219	Feminino	75,83	2833,500	5914,500	.820
	Masculino	77,21			

Tabela 6. Resultados do teste de *Mann-Whitney* e *Wilcoxon* para o QVFP-FMR: fatores de resolução em função do sexo

		<i>M</i>	<i>Mann-Whitney</i> <i>U</i>	<i>Wilcoxon</i> <i>W</i>	<i>P</i>
QVFP-FMR31	Feminino	78,31	2744,500	5519,500	-.597
	Masculino	74,59			
QVFP-FMR32	Feminino	75,27	2790,000	5871,000	.686
	Masculino	77,80			

QVFP-FMR33	Feminino	74,97	2772,000	5698,000	.993
	Masculino	75,03			
QVFP-FMR34	Feminino	74,33	2716,500	5797,500	.485
	Masculino	78,79			
QVFP-FMR35	Feminino	76,89	2855,500	5630,000	.899
	Masculino	76,09			
QVFP-FMR36	Feminino	76,28	2868,500	5949,500	.942
	Masculino	76,74			
QVFP-FMR37	Feminino	79,87	2480,000	5255,000	.151
	Masculino	71,01			
QVFP-FMR38	Feminino	75,51	2808,500	5889,500	.871
	Masculino	76,53			
QVFP-FMR39	Feminino	77,78	2712,000	5487,000	.562
	Masculino	74,15			
QVFP-FMR310	Feminino	72,35	2562,500	5643,500	.197
	Masculino	80,87			
QVFP-FMR311	Feminino	77,62	2799,000	5574,000	.719
	Masculino	75,32			
QVFP-FMR312	Feminino	78,75	2710,500	5485,500	.446
	Masculino	74,13			
QVFP-FMR313	Feminino	80,19	2598,000	5373,000	.230
	Masculino	72,61			
QVFP-FMR314	Feminino	76,29	2826,500	5601,500	.920
	Masculino	75,50			
QVFP-FMR315	Feminino	74,77	2751,000	5832,000	.585
	Masculino	78,32			
QVFP-FMR316	Feminino	81,63	2486,000	5261,000	.085
	Masculino	71,09			
QVFP-FMR317	Feminino	79,13	2602,500	5303,500	.270
	Masculino	72,65			
QVFP-FMR318	Feminino	79,63	2642,000	5417,000	.250
	Masculino	73,20			
QVFP-FMR319	Feminino	80,01	2540,500	5315,500	.203
	Masculino	71,83			